



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

LÍVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS

**A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO:  
HISTÓRIA E PRÁTICAS LEITORAS**

JOÃO PESSOA - PB  
2018

LÍVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS

**A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO:  
HISTÓRIA E PRÁTICAS LEITORAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, na Área de Concentração **Linguística e Práticas Sociais** e vinculado à Linha de Pesquisa **Discurso e Sociedade**, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais  
Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

Orientadora: **Profa. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa**

JOÃO PESSOA - PB  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L759b Lins, Lívia Carvalho Teixeira.

A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO  
PORTO: HISTÓRIA E PRÁTICAS LEITORAS / Lívia Carvalho  
Teixeira Lins. - João Pessoa, 2018.  
93f.

Orientação: Prof Dra Maria Ester Vieira de Sousa.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Leitura. Biblioteca. Penitenciária. I. Prof Dra  
Maria Ester Vieira de Sousa. II. Título.

UFPB/BC

LÍVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS

**A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO:  
HISTÓRIA E PRÁTICAS LEITORAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, na Área de Concentração **Linguística e Práticas Sociais** e vinculado à Linha de Pesquisa **Discurso e Sociedade**, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

**DATA DE APROVAÇÃO: 29/ 03/ 2018**

**BANCA EXAMINADORA:**



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Ester Vieira de Sousa (UFPB)  
Orientadora



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielly Vieira Inô Espíndula  
Examinadora Externa (UEPB)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laurênia Souto Sales  
Examinadora Interna (UFPB)

A vovô Luiz, que me ensinou que ser bom vale a pena.

## AGRADECIMENTOS

Felizmente tenho muito a agradecer, não somente durante esse período de vinte e quatro meses, ao qual, fiz parte do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING, mas desde os meus primeiros anos de vida escolar, até a Universidade. Agradeço a Deus, pelo dom da vida e a Nossa Senhora, minha intercessora.

Agradeço ao meu avô paterno (*in memoriam*), Luiz Teixeira de Araújo, por sempre acreditar em mim e na minha capacidade de ir além. Por ter sido avô/pai, por ter me dado todo amor do mundo e ter custeado todos os meus anos de vida escolar, sempre buscando o melhor para sua “Livita”.

Gostaria de agradecer ao meu filho, Arthur, por ser tão atencioso e carinhoso com sua mamãe, mesmo não compreendendo o tempo que o privei da minha presença para dedicação a este trabalho.

Expresso meus agradecimentos aos meus pais, Magali e Frederico, pelo apoio e pela alegria com que sempre receberam as notícias das minhas conquistas acadêmicas, desde os primeiros anos de vida escolar, até o aceite deste projeto por parte desse Programa de Pós-graduação em Linguística. Por sempre apoiarem minhas escolhas. Muito obrigado, mamãe e papai!

Agradeço as minhas tias Valéria e Vera, por sempre me incentivarem, por serem minha fonte de inspiração, não somente como profissionais, mas como pessoas. Com a ajuda de vocês, me tornei uma pessoa melhor.

Meus mais sinceros agradecimentos a minha orientadora, Professora Maria Ester Vieira de Sousa, pela confiança, pelo apoio, pelas críticas, pela disponibilidade, pelo esforço e pelos “puxões de orelha” necessários para a construção de um trabalho com qualidade. Na verdade, não tenho medo de afirmar que a tenho como um exemplo a ser seguido. Muito obrigada, Professora!

De semelhante modo, agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa leitura, prática, história e representações, vinculado à linha de pesquisa Discurso e sociedade, PROLING/UFPB, por esses pouco tempo de jornada epistêmica! Me inspiro em cada um de vocês. Apesar de nos distanciarmos em alguns períodos, sempre desenvolvemos estratégias para nos reunirmos e socializarmos nossas produções a respeito da Leitura. De forma especial, gostaria de agradecer à Patrícia e Leuziedna pelo apoio e incentivo durante essa jornada. Muito obrigada, companheiras!

Seria injusto se deixasse de agradecer às Professoras Danielly Vieira Inô Espíndola e Laurenia Souto Sales, por aceitarem fazer parte da banca examinadora deste trabalho. Pelo carinho e generosidade durante o processo de qualificação... quanto aprendi com cada uma de vocês! Muito obrigada, Mestras!

Agradeço a todos que fazem parte da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, à direção, aos agentes e apenados, que contribuíram na construção desta pesquisa. Em especial, ao Diretor Josinaldo da Cunha Lima e o agente Breno Cavalcanti Cunha, pela simpatia e gentileza que tornaram aquele ambiente duro e frio em um ambiente seguro e agradável para a realização deste trabalho.

Por último, não menos importante, gostaria de agradecer a todos os amigos-irmãos que a vida me presenteou, aqueles que passaram esses anos ouvindo sobre práticas de leitura e prisão. Janielly e Gilberto, sem o incentivo de vocês eu não conseguiria chegar aqui, Roberta, Marcella, Tamara, Rafaela, Renata, Raisia e Giulia, obrigada por estarem comigo em todos os momentos. Aos meus amigos da Escola Cidadã Integral Heliton Santana, em especial Anatália e Márcia. Aos amigos que fazem parte da ONG Maré Produções Artísticas e Educacionais. Muito obrigada!

*A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.*

*(Mahatma Gandhi)*

## RESUMO

Pouco conhecemos sobre a estrutura do sistema carcerário brasileiro menos ainda sabemos sobre as práticas leitoras realizadas dentro do contexto prisional. Em princípio, compreendemos o espaço de leitura como um ambiente que nos dirige a uma prática de liberdade, que proporciona ao leitor penetrar em um mundo sem limites. Reconhecendo que um espaço direcionado à prática da leitura pode influenciar positivamente dentro de um contexto de clausura, o objeto de estudo deste trabalho é a biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto e as práticas leitoras. Levantamos os seguintes questionamentos: Como se constitui uma biblioteca no interior de uma unidade prisional? Que práticas leitoras existem a partir desse espaço? Contemplando o horizonte destas perguntas, esse trabalho tem como objetivo constituir a história da biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, a fim de conhecer as práticas leitoras que se realizam a partir deste espaço. Para atender ao objetivo que propomos, observamos o espaço da biblioteca/sala de leitura desta penitenciária, os livros de catalogação e de empréstimos, realizamos registros fotográficos e fizemos entrevistas com o agente responsável pelo setor de ressocialização desta unidade e com o apenado responsável pelo espaço da escola/biblioteca. Esta pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo, de base bibliográfica e documental e se insere no modelo qualitativo interpretativista. Para melhor compreendermos as práticas de leitura realizadas no interior das bibliotecas, apoiamo-nos em autores como Manguel (1997), Chartier (1999), Goulemot (2011), Fisher (2006), Espíndula (2015), dentre outros. Aprofundando-nos nas temáticas das prisões nos amparamos em Foucault (1979, 2014). Podemos concluir que, infelizmente, a biblioteca/espaço de leitura é um espaço que funciona de forma precária, contudo, sem a devida atenção do poder público para seu efetivo funcionamento. Apesar do mau funcionamento e de todos os problemas que envolvem esse espaço, encontramos uma organização artesanal dos livros, que serve de orientação para os que utilizam esse espaço. Apreendemos que apesar de toda precariedade existente neste espaço, existe um acervo bibliográfico disponível para esse público e existem práticas leitoras intramuros, como o projeto clube da leitura, desenvolvido por uma professora voluntária, onde os encontros acontecem semanalmente com discussões e oficinas. Utilizando um livro a cada trinta dias, durante os encontros os apenados falam sobre as obras e escrevem uma resenha do livro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Biblioteca. Penitenciária.

## ABSTRACT

Little is known about the structure of the Brazilian prison system the less we know about the reading practices carried out within this prison context. In principle, we understand the reading space as an environment that leads us to a practice of freedom, space that allows the reader to penetrate a world without limits. Recognizing that a space directed to the practice of reading can positively influence within a closing context, the object of study of this work is the library / reading room of the Penitentiary Judge Silvio Porto and the reader practices carried out from this space. Taking us to the following questions: How do you create a library inside a prison unit? What reader practices exist starting this space? Contemplating the horizon of these questions, this work aims to constitute the history of the library / reading room of the Penitentiary Judge Silvio Porto, in order to know the reader practices that take place from this space. In order to meet the objective we propose, we observed the space of the library / reading room of this penitentiary, the book cataloging and loans, we made photographic records and we interviewed the agent responsible for the resocialization sector of this unit and the responsible person responsible for the space of the school/library. research is characterized by being a field research, based on bibliographical and documentary and is inserted in the qualitative interpretative model. In order to better understand the reading practices carried out inside the libraries, we support authors such as Manguel (1997), Chartier (1999), Goulemot (2011), Fisher (2006), Espíndula (2015), among others. Deeper into the issues of prisons we rely on Foucault (1979, 2014). We can conclude that, sadly, the library / reading space is a space that works precariously, however, without the due attention of the public power for its effective functioning. Despite the malfunctioning and all the problems that involve this space, we find a craft organization of books, which serves as a guide for those who use this space. We realize that despite all the precariousness of this space, there is a bibliographical collection available for this audience and there are intramural reading practices, such as the reading club project, developed by a volunteer teacher, where the meetings take place weekly with discussions and workshops. Using a book every thirty days, during the meetings the grieving people talk about the works and write a review of the book.

**KEY WORDS:** Reading. Library. Prison.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Placa do espaço escolar .....	40
Figura 2	Placa alusiva à criação do espaço de leitura.....	42
Figura 3	Corredor entre as salas de aula da Escola da Penitenciária, placa da sala de leitura entre as salas.....	43
Figura 4	Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto (01) .....	45
Figura 5	Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto (02) .....	45
Figura 6	Capa do livro de catalogação .....	51
Figura 7	Livro de catalogação 1.....	53
Figura 8	Classes de assunto do conhecimento .....	54
Figura 9	Livro de catalogação 2 .....	56
Figura 10	Livro de catalogação 3.....	57
Figura 11	Livro de catalogação 4 .....	66
Figura 12	Cartão de controle .....	66
Figura 13:	capa do livro Família Composta, Domingos Pellegrini.....	73
Figura 14:	capa do livro Madalena, Cristiane Dantas.....	73

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Caderno de empréstimos .....	67
Quadro 2	Percentual de empréstimos .....	68

## **LISTA DE SIGLAS**

**CDD** - Classificação Decimal Dewey

**CNJ** – Conselho Nacional de Justiça

**CNPCP** - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

**GESIPE** – Gerência do Sistema Penitenciário da Paraíba

**IFLA** - International Federation of Library and Institutions

**INFOPEN** – Informações penitenciárias

**LEP** – Lei das Execuções penais

**SEAP** – Secretaria de Administração Penitenciária

**SNPB** - Sistema Nacional de Biblioteca Públicas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 SOBRE LEITURA, PRÁTICAS LEITORAS E BIBLIOTECA .....</b>	<b>20</b>
2.1 Sobre leitura: breves considerações.....	20
2.2 As práticas de leitura no interior das bibliotecas .....	24
2.3 Bibliotecas em unidades prisionais .....	27
<b>3 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO .....</b>	<b>333</b>
3.1 Breve contextualização da situação dos presídios no Brasil .....	333
3.2 Condições de criação da biblioteca/Sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto.....	377
3.3 Condições de funcionamento: acervo e regras de empréstimos da Biblioteca/Sala de Leitura José Lins do Rego .....	47
3.4 Catálogo e catalogação: classificação e organização dos livros.....	49
<b>4 SOBRE LEITORES E PRÁTICAS LEITORAS NA BIBLIOTECA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO .....</b>	<b>61</b>
4. 1 A leitura como prática para ressocialização e remição de pena .....	62
4. 2 Leitores e obras mais lidas .....	64
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES E ANEXOS.....</b>	<b>83</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Eu e as formas estávamos sozinhos juntos, revelando-nos em um diálogo silenciosamente respeitoso. Como conseguia transformar meras linhas em realidade viva, eu era todo poderoso. Eu podia ler. (MANGUEL, 1997, p.18)

A leitura e seu universo encantado nos oportunizam ter contato com o outro e nos levam a outros lugares, fazem de nós, meros mortais, seres dotados de poderes. Ao falar em leitura, este instrumento transformador, podemos pensar em evolução, conhecimento, prazer... parece que tudo já foi dito. Como afirmam vários pesquisadores, dentre os quais Manguel (1997) e Fisher (2016), ler vem antes de escrever, lemos todos os signos que estão ao alcance da nossa visão.

Essa é uma prática que pode ser iniciada na escola, mas não costuma se limitar a ela. Como diz Lajolo (2004, p.07): “[...] aprende-se a ler à medida que se vive”. Concebendo a prática da leitura como transformadora e infinita, lemos para conhecer o mundo e conhecemos o mundo através da leitura. Solé (1998, p. 118) declara: “Quem lê deve ser capaz de interrogar-se sobre sua própria compreensão, estabelecer relações entre o que lê e o que faz parte do seu acervo pessoal, questionar seu conhecimento e modificá-lo [...]” Como afirma Manguel (1997, p.21):

Todos lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar é nossa função essencial.

Na relação do sujeito com a leitura, outros componentes precisam ser levados em consideração: o livro, o tempo e o espaço. O primeiro – o livro – nos transporta a esse grandioso mundo da leitura, sendo objeto de paixão, de medo, de desejo. Sobre o tempo e o espaço, como diz Manguel (1997, p. 178), “[...] não há dúvida de que o ato de ler no tempo requer um correspondente ato de ler no espaço e a relação entre os dois é inextricável.”

Dentre os vários espaços de leitura, as bibliotecas são espaços relacionados à difusão da prática de leitura, dentro ou fora dela. Conforme aponta Espíndula (2015), a biblioteca é

considerada o espaço por excelência de registro/encontro de leitores e seus objetos de leitura. Contudo, ainda de acordo com essa autora (2015), ao mesmo tempo em que a biblioteca promove o acesso à leitura, também o limita, pois seu espaço não é completamente livre, mas orientado, em primeiro lugar, pelas delimitações do acervo e, em segundo lugar, pelas regras de funcionamento de cada instituição e pelas regras de comportamento que passaram a ditar o modo do sujeito leitor habitar esse espaço.

Parece que o acesso à biblioteca tornou-se menos comum, atualmente, visto que as informações que antes eram buscadas nesse espaço estão disponibilizadas à distância de um clique, “escancaradas” na *internet*. Quaisquer informações, dados e textos diversos estão disponíveis na rede. Temos a facilidade de encontrar tudo ou quase tudo nos *sites* de busca. Então, o que buscaríamos numa biblioteca? O que nos levaria a frequentar este espaço? Essas são perguntas que demandariam outra pesquisa considerando que nós, que dispomos da liberdade do manuseio da *internet*, temos uma vasta rede de informações disponíveis a qualquer hora e a qualquer momento.

Assim, no atual contexto digital, poderíamos ser levados a pensar que a biblioteca não assume mais um lugar de importância da sociedade. Muniz Sodré, presidente da Fundação Biblioteca Nacional, expressa esta relação entre as novas tecnologias, os livros e a biblioteca, no preâmbulo dos princípios e diretrizes da Biblioteca pública:

Nenhuma dessas novas técnicas de informação e de comunicação é realmente adversária do livro. A internet concorreria, em princípio, com as bibliotecas, tal o seu poder de armazenamento e de oferta cultural. Mas, assim como o livro, biblioteca é uma forma elástica, capaz de incorporar tecnologia sem alterar o seu escopo, que é o de realimentação continuada do conhecimento imprescindível à construção da comunidade nacional. (BRASIL, 2010. P. 06)

Nesse sentido, não podemos afirmar categoricamente que a biblioteca vem perdendo relevância na atual conjuntura, uma vez que existem reestruturações que surgem para atender à demanda virtual.

Especificamente no caso de nossa pesquisa, estamos interessados em pensar o espaço da biblioteca em uma unidade prisional, destinada, portanto, àqueles que estão privados de liberdade e para quem, em princípio, essa seria a única fonte de acesso a materiais de leitura.

O direito ao acesso à leitura aos sujeitos que se encontram em privação de liberdade encontra-se garantido pelo Plano Nacional de Educação em Estabelecimentos Penais (BRASIL, 2012). Alguns discursos sobre a atual conjuntura do sistema carcerário nacional,

que narram as ligações entre os sujeitos privados de liberdade e as práticas das instituições prisionais, declaram que a finalidade dessas unidades não está direcionada à formação do indivíduo, mas ao seu ajustamento a este contexto, seu objetivo é afastá-lo da sociedade, tirando sua liberdade. Conforme aponta Braga (2008) essas instituições contribuem para a mortificação do indivíduo.

O circuito constitui uma forma indireta de *mortificação*, um mecanismo cruel que desqualifica e desconfirma a comunicação do preso, retirando sua espontaneidade e comprometendo qualquer possibilidade de manifestação autêntica. Ainda que ele responda conforme a instituição espera, a sua resposta é deslegitimada e utilizada contra ele [...] (BRAGA, 2008. P.49) (grifo do autor)

Diante desta estrutura que, contraditoriamente, salvaguarda e colabora com a “anulação” do ser humano, seria difícil pensar em um processo de leitura como forma de “libertação” dos sujeitos apenados.

De acordo com as leis que regem nosso país, o direito à educação na prisão está baseado, diretamente ou de modo enviesado, na Constituição Federal, no Código Penal (lei 2.848/40 e posteriores alterações), na Lei de Execução Penal – LEP (lei nº. 7.210/84) e nas resoluções e orientações do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). De maneira específica, está presente nos textos normativos penitenciários de cada unidade da federação, considerando-se a descentralização da execução penal no país, tanto de competência da União quanto dos estados, para legislar em matéria de direito penitenciário (CF/88 Art. 24, I).

A Lei da Execução Penal – LEP (7.210/84), na seção V, contempla a Assistência Educacional, e, especificamente, em seu artigo 21, trata da necessidade da biblioteca no interior de uma unidade prisional: “Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.” (LEP 7.210/84)

Sendo assim, podemos dizer que a própria legislação parece supor que um espaço direcionado à prática da leitura pode influenciar positivamente dentro de um contexto de clausura. Em princípio, compreendemos a leitura como uma prática de liberdade, dado que o leitor é levado a penetrar em um mundo sem limites. Como afirma Certeau (1994, p. 269): “[...] os leitores são viajantes: eles circulam sobre as terras de outrem, caçam, furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram...” Nessa perspectiva, somos levadas a

fazer alguns questionamentos: Como se constitui uma biblioteca no interior de uma unidade prisional? Que práticas leitoras existem a partir desse espaço?

É a partir do horizonte dessas perguntas e da importância que elas ganham para pensar a história da leitura em espaços de privação de liberdade que formulamos a nossa pesquisa, tendo como objeto de estudo a biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto. Essa pesquisa se torna ainda mais importante se verificarmos que são poucos os trabalhos que propõem os estudos sobre a temática da leitura nesse espaço. Podemos citar a dissertação intitulada “Palavras da salvação: as representações da leitura na prisão” (JOHN, 2004), que tem como objetivo conhecer as representações socialmente atribuídas pelos presidiários de um estabelecimento penal do estado de Santa Catarina à leitura que realizam dos materiais impressos a que têm acesso naquele ambiente, durante o período de sua reclusão. Outra pesquisa relevante que trata de temáticas semelhantes a nossa é a tese intitulada “Uma teia de relações: o livro, a leitura e a prisão. Um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras” (RIBEIRO, 2017), que tem como objetivo descrever o leitor, estudar, de forma precisa, como se estrutura as etapas dessa metodologia de leitura, realizado em todo o Sistema Penitenciário Federal (SPF) durante os anos de 2009 a 2016, a começar pelos pressupostos legais e pelos parâmetros exigidos para sua homologação, intencionando interpretar o seu impacto sobre a vida deste leitor.

Foucault (1979, 141) declara que “[...] as prisões estão dentro das cidades e ninguém as vê.” Assim, existe outro “mundo” por trás daqueles muros e daquelas grades que permanece obscuro para nós, um universo que chega a nós através de noticiários e informações generalizadas. Nesse sentido, nossa pesquisa também se justifica por buscar conhecer uma parte deste “outro mundo”, a biblioteca e as práticas leitoras existentes dentro e a partir dela. Além da escassez de pesquisas dessa natureza em unidades prisionais, verificamos ainda que não há nenhuma pesquisa especificamente sobre a instituição de promoção de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto.

Nesse contexto, tendo como objeto de investigação a biblioteca dessa instituição, apresentamos como objetivo geral: Constituir a história da biblioteca/sala de leitura<sup>1</sup> da Penitenciária Desembargador Silvio Porto e conhecer e analisar as práticas leitoras realizadas neste espaço. Para tanto, estabelecemos como objetivos específicos: descrever as circunstâncias da fundação desse espaço da Penitenciária Desembargador Silvio Porto; descrever a forma de organização desse espaço de leitura a partir dos registros de catalogação;

---

<sup>1</sup> Adiante esclarecemos o uso desses dois vocábulos.

identificar as práticas leitoras no interior desse espaço, a partir de dados referentes aos empréstimos realizados pelos leitores entre junho/2016 e dezembro/2016.

Ao fazermos um levantamento preliminar de informações pertinentes à fundação e ao funcionamento da biblioteca/sala de leitura, constatamos a inexistência de documentos oficiais, matérias jornalísticas, ou mesmo um ofício que apresente o “nascimento” daquele espaço. Parece que ele simplesmente foi criado. O único dado concreto que nos foi apresentado foi a instalação de uma placa, localizada entre as salas de aulas, próximo à biblioteca. Nessa placa, constam as seguintes informações: o nome que foi dado ao espaço, a data de fundação e o apoio recebido para implementação do local. No momento adequado ela será analisada.

O *corpus* da pesquisa foi constituído por entrevistas estruturadas, realizadas no interior da Unidade, com onze perguntas impressas, com o agente responsável pelo setor de ressocialização e, com dez perguntas impressas, com o apenado responsável pelo espaço da biblioteca. Também utilizamos como fonte de dados os livros de catalogação e empréstimo utilizados na biblioteca e registros fotográficos realizados no interior da unidade.

Sobre o questionário enquanto instrumento de pesquisa, compreendemos que este se caracteriza por conter itens ordenados, bem apresentados e que levam os sujeitos da pesquisa a refletirem sobre determinada temática. Segundo Santos (2005, p.232) “[...] ao elaborar um questionário, deve ser observada a clareza das perguntas, tamanho, conteúdo e organização, de maneira que o informante possa ser motivado a respondê-lo”.

A nossa pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa de campo e também documental e se insere no modelo qualitativo interpretativista, isto é, considera “[...] a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 23). Pode-se compreender que, através do olhar de um pesquisador, o fenômeno a ser observado é fruto da imposição de significados que o pesquisador lhe atribui, adaptado pela maneira como ambas as partes interagem (pesquisador – fenômeno).

Este trabalho está distribuído em quatro capítulos, no primeiro capítulo, que é esta introdução, apresentamos a temática da leitura, o objeto de estudo, os objetivos e a metodologia de nosso trabalho.

No segundo capítulo, intitulado “Sobre leitura, práticas leitoras e biblioteca”, buscamos fazer um levantamento da relação existente entre a leitura, as práticas leitoras e a biblioteca, com a finalidade de determinar a trajetória da temática abordada. Procuramos conhecer as práticas de leitura presentes no interior das bibliotecas e apresentar como se

estrutura/organiza um espaço de leitura no interior de unidade prisional. Para melhor compreender as práticas de leitura realizadas no interior das bibliotecas, apoiamos-nos em autores como Manguel (1997), Chartier (1999), Goulemot (2011), Fisher (2006), Espíndola (2015), dentre outros. Sobre a temática das prisões, amparamo-nos em Foucault (1979, 2014).

No terceiro capítulo, denominado “História da fundação da biblioteca Desembargador Silvio Porto”, adentramos, mais especificamente, em nossa temática visando conhecer a história das bibliotecas no interior de unidades prisionais, a partir de um recorte sobre o sistema prisional brasileiro, revelando as discussões que envolvem leitura – biblioteca – prisão. Apresentamos as condições de criação do espaço biblioteca/Sala de leitura José Lins do Rego, conhecida por todos os detentos da penitenciária como “biblioteca do presídio”. Neste momento, procuramos trazer para a análise as entrevistas realizadas com o apenado responsável pelo espaço da escola/biblioteca<sup>2</sup> e com o agente penitenciário responsável pela ressocialização. Também utilizamos demais registros obtidos no decorrer das visitas de coleta de dados (informações resultantes de nossas observações e registros fotográficos que foram realizados). Apontamos alguns conceitos referentes a catálogo e catalogação, que servem de base para análise de dados do livro de catalogação da Biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto.

O quarto capítulo, intitulado “Sobre práticas leitoras na Biblioteca Desembargador Silvio Porto”, tem como objetivo conhecer as práticas leitoras realizadas naquele e a partir do espaço da biblioteca/sala de leitura. Neste capítulo, utilizamos como fonte de dados os livros de catalogação do acervo da biblioteca, os livros de controle de empréstimos e informações complementares, colhidas extraoficialmente, através de conversas realizadas com os agentes penitenciários e apenados, no decorrer da pesquisa. Por fim, apresentamos as considerações finais.

---

<sup>2</sup> Conforme apontaremos adiante o espaço da biblioteca está inserido dentro do espaço da escola da unidade, sendo assim, quem é responsável por ela é o apenado que coordena a escola e a biblioteca, o qual, será nosso entrevistado.

## **2 SOBRE LEITURA, PRÁTICAS LEITORAS E BIBLIOTECA**

Durante toda a história da humanidade a leitura teve vários significados distintos, atribuída por diversos povos, sabemos que seu nascimento é antigo. Fisher (2006) ao tentar explicar o que é leitura elucida que esta não é uma tarefa simples, visto que “o ato de ler é variável, não absoluto”. E que, em algumas versões modernas abrangentes, Fisher (2006) a leitura é “a capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos.” Por isso penetrar neste espaço, apontado por Fisher, como variável, torna-se uma tarefa delicada e cuidadosa.

No capítulo anterior buscamos introduzir a temática da leitura e da biblioteca. Continuaremos nas linhas seguintes refletido acerca destes vocábulos, buscando compreender um pouco mais deste vasto universo da leitura e sobre as práticas realizadas no interior das bibliotecas ao longo do tempo. Pretendemos conhecer os diferentes modos de leitura presentes neste espaço. Seguiremos conhecendo um pouco sobre as bibliotecas inseridas em unidades prisionais, apresentando um panorama do quantitativo de penitenciárias em nosso estado que possuem bibliotecas.

### **2.1 Sobre leitura: breves considerações**

No momento em que o primeiro escriba arranhou e murmurou as primeiras letras, o corpo humano já era capaz de executar os atos de ler que ainda estavam no futuro. Ou seja, o corpo era capaz de armazenar, recordar, decifrar todos os tipos de sensação, inclusive os sinais arbitrários da linguagem escrita ainda por ser inventados. (MANGUEL, 1997, p.50)

Nossa capacidade de decifração que já está arraigado em nosso organismo proporciona-nos o despertar para os sinais que já nos foram apresentados e os que ainda serão. Por isso, para falar em leitura, é necessário expressar o entusiasmo que ela exerce sobre aqueles que descobrem nela o encanto de adentrar mundos alheios, lugares distantes, espaços onde jamais imaginaríamos capazes de penetrar. Existem relatos das mais diversas formas de leitura desde a antiguidade clássica. Seu nascimento teve múltiplas significações para diversos povos e está diretamente ligado ao nascimento da escrita, desde a escrita cuneiforme, da antiga Mesopotâmia, até a escrita virtual presente nas telas dos computadores.

A leitura surge de forma convencionada e intencional, inicialmente, associada à compreensão de um sinal pelo seu valor sonoro. Conforme Fischer (2006), as sociedades antigas ocidentais faziam uso da escrita para condensar informações, auxiliar na contabilidade, armazenar materiais e preservar nomes, datas e lugares; enquanto a leitura estava direcionada à execução de tarefas (FISHER, 2006, p. 16). Naquele momento, a leitura não estava associada à algo prazeroso, interessante ou solitário, mas, acima de tudo, ao trabalho. Manguel (1997) também fala sobre a finalidade da leitura na sua época: “[...] nos ensinavam a ler não para o prazer ou conhecimento, mas apenas para a instrução”, remetendo a leitura a um espaço meramente didático/pedagógico. (MANGUEL, 1997, p. 86). O mesmo autor percebeu a leitura como um fator de manipulação de uma sociedade, pois, ao mesmo tempo em que instruía, limitava.

Como mencionado anteriormente, a história da leitura e da escrita caminham juntas. Chartier (2014) relata que, no século XV, a escrita desempenhou uma importante função para a evolução da sociedade ocidental, criando burocracias, constituição de arquivos e diplomacia. O mesmo autor também aponta para os escritos religiosos presentes na sociedade ocidental no século mencionado, ressaltando as profecias, as autobiografias espirituais, os exames de consciência que assinalam um modo específico de circulação da escrita e da leitura.

Mostrando que a prática da leitura subsiste desde os primórdios, Chartier (2002) aponta ainda que, do século XVI ao século XVII d.C., perduram as leituras em voz alta, na taberna ou na carruagem, no salão ou no café, na sociedade seleta ou na região doméstica.

Pensando o livro como objeto cultural, recordando a figura do autor, que cumpre o papel de produtor cultural, podemos conceber que o leitor, ao receber o texto e cumprir sua tarefa nesse ciclo, também está produzindo cultura. A leitura é atividade criadora – tão significativa quanto a prática da escritura do livro. Desta forma, uma prática cultural não é concebida apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural; ela também se constitui no momento da recepção.

Como diz De Certeau (1994, p. 264): “[...] um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido.” O leitor, neste caso, exerce função ativa neste ciclo e o exercício da leitura, portanto, como refere o próprio autor, não pode relacionar-se à passividade.

Compreender a atividade de leitura na qualidade de prática cultural implica tentar apreender quem lê, o quê, em que épocas, onde, como e por quê. Sousa (2009) analisa essa questão e afirma que a própria natureza da leitura e suas funções ao longo do tempo

proporcionam a existência de diferentes discursos, dentre os quais a circulação de um discurso naturalizado, assim entendido pela autora: “Considero o discurso naturalizado aquele que circula sempre sob o modo do discurso verdadeiro, ou daquilo que se deve saber como verdade, apresentado ora como um dizer anônimo, ora como um discurso de autoridade.” (SOUSA, 2009, p. 2267).

Em outro texto, a autora retoma essa questão, dessa feita problematizando a própria estrutura sintática do verbo ler, que aponta para indeterminações quanto aos sujeitos e aos objetos da leitura:

A indeterminação incansavelmente repetida embaralha o jogo. Por um lado, ler reclama um sujeito da leitura (os leitores) que, dependendo do objeto da leitura (os textos), não pode ser qualquer um. Por sua vez, o objeto da leitura reclama/exige, além de sujeitos específicos, modos de ler, que são constrangidos (delimitados ou limitados) por regras sociais, culturais, enfim, históricas. Por outro lado, seguindo as formulações de Michel de Certeau (1994), diríamos que o sujeito da leitura escolhe objetos que fogem a essas restrições e faz com eles o que não está na ordem da leitura considerada correta, ideal. (SOUSA, 2014, p. 86)

Notamos que os teóricos que se dedicam aos estudos da leitura compreendida como prática cultural, sempre apontam para a necessidade de pesquisas que possuem uma abordagem multidisciplinar desse tema:

[...] de um lado, a análise dos textos, sejam eles canônicos ou profanos, decifrados nas suas estruturas, nos seus objetivos, nas suas pretensões; de outro lado, a história do livro, além de todos os objetos e de todas as formas que toma o escrito; finalmente, o estudo de práticas que se apossam de maneira diversa desses objetos ou de suas formas, produzindo usos e significações diferenciados. (CHARTIER, 1999, p. 12)

Chartier (1999, p.11) também sugere duas premissas a respeito da atividade leitora: “[...] a leitura ainda não está inscrita no texto, desse modo não há distância pensável entre o sentido que lhe é imposto (por seu autor, pelo uso, pela crítica) e a interpretação feita por seus leitores”; portanto, “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado”.

Importante ressaltar que, com o passar do tempo e com o advento de novas tecnologias, as práticas de leitura se modernizaram em todos os espaços onde possam existir, inclusive nas bibliotecas. Os espaços que eram equipados por estantes, gabinetes e livros passam a coexistir com outros meios que, simultaneamente, fornecem o acesso à leitura. Entre tantas outras funções que a tecnologia e os novos suportes de leitura podem oferecer,

certamente, está a facilidade na busca pelo acervo, pela informação, conforme aponta Espíndola (2015, p. 96):

A leitura tem sido uma atividade realizada nos mais diferentes espaços e, em certa medida, as mudanças nos suportes da escrita podem ser consideradas com um dos fatores que contribuíram para essa diversidade, pois quanto mais portáteis os objetos de leitura, maior a liberdade do leitor para decidir onde ler. Dos rolos de papiro e pergaminho – que sequer permitiam que o leitor transportasse consigo uma obra completa (ao menos não sem algum transtorno) tendo em vista que ela poderia ocupar vários rolos –, passando pelos pesados volumes *in-quarto*, comuns na Idade Média, e pelos formatos de livros de bolso editados em diferentes momentos, até chegarmos aos dias atuais (com seus *e-books*, possíveis de serem lidos nos mais diversos suportes, como *netbooks*, *tablets*, celulares, etc.), o movimento foi crescente em direção à facilidade no transporte e no acesso às leituras, para, cada vez mais, garantir que se possa ler em qualquer lugar, a qualquer momento.

É certo que os livros e a leitura seriam atingidos pelo avanço das novas tecnologias. Roger Chartier, em entrevista à revista *Zahar* (2013, S/P), foi perguntado sobre como a internet pode ajudar os alunos a conhecerem a riqueza do mundo literário, e respondeu: “É preciso tirar proveito das novas possibilidades do mundo eletrônico e ao mesmo tempo entender a lógica de outro tipo de produção escrita que traz ao leitor instrumentos para pensar e viver melhor.” Isso significa dizer que o avanço tecnológico impõe uma reformulação, ou seja, é preciso rever radicalmente as formas e noções que relacionamos ao escrito.

De todo modo, apesar da existência de tecnologias que colocam o conhecimento ao acesso de um clique, se recorrermos à história dos livros e das bibliotecas, observaremos que ambos exerceram e ainda exercem um grande fascínio, uma magia, ou seja, tanto o objeto livro quanto o espaço físico onde eles estão depositados continuam construindo fascínio. Provavelmente isso ocorre por ser o livro um instrumento de conhecimento e de contato com o mundo e suas diversidades.

As bibliotecas nascem num tempo em que os homens se tornam atentos a uma proliferação dos saberes. Elas representam um esforço de contenção, uma tentativa de dominação tanto quanto um desejo de posse e de conservação. (GOULEMOT, 2011, p. 31)

A biblioteca, seja pública ou privada, é vista como um espaço que, além de guardar e preservar os livros, apresenta características próprias. Segundo Goulemot (2011), muito mais do que um depósito de livros ou um lugar de leitura, a biblioteca é (ou deveria ser) um espaço de aprendizado e de sociabilidade. Semelhante a toda instituição, esse espaço está submetido a normas e regras históricas e sociais das quais falaremos nos itens seguintes.

## 2.2 As práticas de leitura no interior das bibliotecas

Segundo Moraes (2010), a história das bibliotecas está relacionada à própria história da humanidade. Desde a Antiguidade, a biblioteca vem ao encontro da necessidade do homem de guardar os conhecimentos e os registros da cultura, sendo ela considerada um local de preservação da tradição da memória coletiva da humanidade. Conjuntamente, apresenta-se como espaço de formação dos sujeitos e do saber, por isso que a representação que se tem de biblioteca desde a antiguidade a apresenta de forma nobre.

Ser leitor, possuir uma biblioteca ou frequentar esse tipo de espaço representam intelectualidade, erudição e superioridade. Parece que essa representação permanece no plano das ideias, faz parte da fantasia, do imaginário da sociedade. Isso porque a biblioteca hoje precisa ser vista como um lugar não apenas do literário, mas um espaço de movimentação social. Um lugar que promova não somente o acesso à leitura, mas que promova o acesso à arte, a cultura e aos encontros entre os leitores.

Goulemot (2011) descreve sobre esse lugar de movimentação social, quando fala sobre os leitores assíduos de uma determinada biblioteca (2011, p. 15): “os leitores acabam se olhando, às vezes mesmo se reconhecendo, praticando uma familiaridade distante como a de vizinhos de porta, trocando algumas palavras e bebendo alguma coisa, entregando-se por um instante às delícias de banalidades do intervalo do cafezinho.” Sendo, portanto, um espaço que abriga não somente práticas leitoras, mas um ambiente social.

Essa é uma concepção de biblioteca defendida por vários pesquisadores, conforme aponta Espíndula (2015, p.106):

[...] as bibliotecas, como consequência das mudanças ocorridas num âmbito mais amplo (social, político, econômico e cultural), também se transformaram em sua organização e finalidade, a fim de atender às exigências de um público cada vez maior e mais diversificado.

Os registros referentes aos livros, bibliotecas e práticas de leitura no Brasil remontam ao século XVI. No entanto, as fontes que precisam esses dados, não somente neste século citado, mas no posterior, são insuficientes. Segundo aponta Villalta (S/D), as práticas de leitura no período do Brasil Colonial desenvolvem-se de diferentes modos: intensiva e extensivamente, oral e silenciosa, pública e privada, sendo marcada pela oralidade e pela inventividade, pois, segundo o mesmo autor, esta é uma prática eminentemente inventiva,

criativa e dinâmica. O autor mencionado afirma que o século XVIII é marcado pela oralidade, ainda assim, nesse período, verificou-se a proliferação dos livros e da leitura, relevando, nesta época, questionamentos relacionados à ordem política e religiosa. (VILLALTA, S/D, p. 11). O autor apresenta um exemplo bem significativo das práticas e da difusão da leitura durante o final do século XVIII, período de movimentos nativistas e de libertação do Brasil:

[...] os Inconfidentes Mineiros transformavam espaços privados e, no caso do Tiradentes, também locais públicos, em palcos de empréstimos e permuta de publicações, leitura e reparo de poesias, traduções de trechos de obras e, sobretudo, acaloradas discussões em torno de livros e da situação da capitania de Minas Gerais. (VILLALTA, S/D, p. 13)

As práticas de leitura realizadas no século XVIII dividiam-se entre a leitura silenciosa e individual nas bibliotecas, nos lares e conventos e a leitura oral que se difundia nos lares, nas igrejas, nas salas de aula e nas sociedades literárias. (VILLALTA, S/D, p.12). Sobre a leitura oral e sua relação com o livro no século XVIII, acrescenta o autor que alguns liam, outros ouviam e todos discutiam, despertando e provocando em parte da população questionamentos que atingiram a ordem política, cultural e religiosa da época.

Os diferentes modos de ler são afetados também pelos diferentes motivos e espaços da leitura. Goulemot (2011) diz que a leitura no escritório é silenciosa, assim como as leituras que fazemos no silêncio do nosso quarto, ou em um cômodo do nosso lar que nos ofereça conforto e bem-estar. Diz ainda:

[...] a ausência dos outros, dos mil barulhinhos percebidos na biblioteca, como a fricção do braço na mesa, a página que se vira, a caneta que desliza, hoje em dia o canto do computador que assinala seu retorno à vida ativa, todos esses ruídos e mil outros me são indispensáveis. (GOULEMOT, 2011, p. 11)

O autor considera que o espaço da biblioteca apresenta aspectos característicos, estes certamente podem variar nas mais diversas bibliotecas espalhadas ao redor do mundo, é certo que, como afirma o autor, este espaço “deve ser um lugar vivo”. O mesmo também compreende que este deve ser um lugar que não esteja somente restrito a proporcionar o acesso à leitura, mas também fomente a arte e a cultura. Dentro desses espaços “vivos”, podemos perceber alguns movimentos e expressões dos seus usuários. Goulemot (2011, p. 13) aponta que “[...] aquele que é absorvido por seu livro abandona-se e faz, como adormecido, gestos inconsiderados.” Em outras palavras, pode-se dizer que leitor encontra-se tão imerso no livro que confortavelmente esquece o mundo a sua volta:

Abismado na leitura, o leitor, sem ter consciência disso, faz caretas, coça o couro cabeludo, suspira, dá risadas, franze as sobrancelhas e às vezes explora com habilidade meticulosa suas fossas nasais e seus condutos auriculares. (GOULEMOT, 2011, p. 13)

Inseridos nesses espaços, considerados pelo referido autor como “cátedras do livro” o leitor encontra-se entregue não apenas à leitura que está sendo feita, mas está entregue também a este espaço que o convida a abandonar-se. Contudo, acompanhando a trajetória histórica das bibliotecas, podemos perceber que, na antiguidade, essas instituições nem sempre eram acessíveis ao público. Conforme assinala Espíndula, “Ser leitor na biblioteca de Alexandria, ou nas bibliotecas dos mosteiros, nas bibliotecas reais europeias ou ainda nas primeiras bibliotecas públicas brasileiras não é o mesmo que ser leitor de uma biblioteca pública hoje.” (ESPÍNDULA, 2015, p. 99). Públicas, privadas, escolares, temáticas ou comunitárias, as bibliotecas evoluíram e hoje se apresentam de forma mais acessível àqueles que as buscam.

Para cada sociedade, a todo o momento, existe uma pluralidade de práticas de leitura. Ao falar em prática de leitura em biblioteca, a menção à biblioteca de Alexandria se faz relevante não somente pela sua representatividade, mas pelos gestos de leitura que lá existiram e que, alguns, perduram até os dias de hoje. Gestos que caracterizam a leitura realizada no interior das bibliotecas e que até funcionam como um ritual para aqueles que adentram este espaço, como o silêncio, a concentração, a busca por respostas, científicas ou não.

Goulemot (2011, p. 26) revela essa aproximação do leitor moderno com essa representação advinda da biblioteca alexandrina: “Por que a biblioteca me comunicava o sentimento contraditório de minha eternidade e de minha finitude? Graças a Alexandria (mas sonhada por mim e por todos os leitores meus irmãos) formulei minhas perguntas e propus minhas respostas”. Contudo, conforme lembra Espíndola (2015), nem todo leitor de hoje tem esse perfil alexandrino a que se refere Goulemot. Isso porque, como afirma a autora: “[...] a finalidade com que se busca a biblioteca interfere no modo como ela será utilizada e como a leitura será realizada.” (ESPÍNDOLA, 2015, p.101). Dentre os diversos gestos que surgem no espaço da biblioteca podemos assinalar que existem vários comportamentos distintos neste espaço, e que, ao mesmo tempo, tornam-se similares pela orientação de comportamento no referido espaço, conforme pontuamos acima.

### 2.3 Bibliotecas em unidades prisionais

Analisar as práticas de leituras inseridas em um contexto desconhecido por grande parte da sociedade (a penitenciária) torna-se um desafio, pois pouco sabemos acerca das situações que envolvem este espaço de leitura, ou seja, conhecemos pouco o “mundo do leitor” (Chartier, 1999) privado de liberdade. A que tipos de livros ele tem acesso? Em que espaço físico ele se apropria da leitura? Essas são perguntas importantes, visto que concordamos com Chartier (1999) quando afirma que as significações produzidas na leitura dependem da forma como os leitores se apropriam desses textos.

O discurso de que a prisão não transforma o cidadão, de que, ao contrário, só serve para fabricar criminosos, é recorrente e habitual. Foucault (1979, p. 131) diz que “[...] desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve para fabricar criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade.”. Neste sentido, como podemos conceber a pena como tendo uma função, não somente punitiva, mas educativa?

Para que a pena seja transformadora, modificadora, restauradora, a Lei das Execuções Penais (LEP) sugere formas de incentivo para a efetivação das práticas de educação nos estabelecimentos prisionais. Assim, em seu artigo 17, afirma que “[...] a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado”, incentivando no apenado a busca pelo seu crescimento, a ocupação de seu tempo produzindo conhecimento, para que possa ser reinserido na sociedade.

De acordo com artigo 10 da mesma lei, é dever do Estado dar toda a assistência para que a reinclusão seja efetivada e também a prevenção contra a reincidência do apenado seja assegurada. No artigo 11, ficam estabelecidas seis categorias de assistência: material, à saúde, jurídica, à educação, social e religiosa. Essa mesma lei também dispõe, em seu artigo 21, sobre a implantação de bibliotecas em unidade prisionais, conforme mencionamos na introdução deste trabalho.

É certo que existe um longo espaço entre o que está escrito na lei e a prática efetiva de reinclusão/ reintegração do preso através da educação e do incentivo à leitura. Entretanto, para que essa prática se concretize, é necessário o investimento em políticas de educação, cultura e informação, considerando, nesse contexto, a implantação de um sistema de bibliotecas carcerárias que fomentem o acesso à informação para esse público marginalizado.

Manguel (2006) diz que “Como séculos de ditadores souberam, uma multidão analfabeta é mais fácil dominar; uma vez que a arte da leitura não pode ser desaprendida, o segundo melhor recurso é limitar seu alcance.” (MANGUEL, 2006, p. 315). Compreendendo que a leitura sempre teve um caráter político (daí a necessidade de seu controle pelos grupos que estão/estiveram no poder), parece-nos, que nesse ambiente do cárcere, ela assume um papel ainda mais importante.

A constituição desses espaços de leitura pode exercer papel fundamental para formação intelectual desses sujeitos inseridos nesse contexto de clausura. Além disso, é fundamental a figura da biblioteca, principalmente, para auxiliar no processo de reintegração dos presos e contribuir para torná-los sujeitos críticos e conscientes de sua real condição enquanto indivíduos, através do acesso à informação e à cidadania.

No contexto prisional, a emancipação do sujeito através da leitura ocorreria de diferentes formas. Segundo o Ministério da Justiça, “[...] o incentivo à leitura tem sido considerado um dos meios alternativos para a ressocialização do preso. Ele passa a ocupar melhor o tempo e a desenvolver um raciocínio crítico sobre o mundo em que vive.” (BRASIL, 2008).

Seguindo esse mesmo raciocínio dos documentos oficiais, Carvalho (2009) acredita que as bibliotecas de presídios integram um sistema normativo que tem um papel ressocializador e reabilitador do preso. Por esse motivo, suas funções devem estar enquadradas nessa perspectiva de restituir uma lacuna formativa desses indivíduos. Desse modo, a organização de atividades culturais pode abranger desde oficinas de escrita a atividades específicas de leitura. Inclusive, outras manifestações culturais, como cinema e teatro, podem se nortear pelas funções da biblioteca prisional.

De acordo com Vasquez (2011, p.14), “O termo reeducando é usado no sentido de que reeducar a pessoa presa é ser educado novamente como tentativa de se modificar ou transformar o comportamento humano”. Ou seja, tentar refazer algo que falhou em algum momento na sociedade, oferecendo ao apenado uma nova chance e propondo mudança, independente dos seus erros passados.

Nessa perspectiva, defendemos que a biblioteca dentro de uma Unidade Prisional deve existir como centro de todas as atividades educacionais e culturais desenvolvidas neste espaço. Em outras palavras, a partir dela, devem germinar novos projetos que incentivem, auxiliem, motivem e movimentem a população carcerária. Assim pensado, esse espaço onde são oferecidos conhecimentos, sonhos... deveria abranger não somente os apenados, mas os agentes, a administração da unidade, e todos aqueles que estão ligados de forma direta ou

indireta a esse espaço. Independente do local no qual ela está inserida, deve apresentar o mesmo objetivo básico que quaisquer outras bibliotecas, oferecer um espaço democrático de acesso à leitura e ao saber.

A International Federation of Library and Institutions – (IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) direcionou em seus trabalhos a *Guidelines for Library Services topriisoners (2005)* – Diretrizes para serviços bibliotecários para presos. Estas diretrizes, conforme o mencionado documento, têm o objetivo de viabilizar instrumentos para o projeto/criação, a execução e avaliação dos serviços bibliotecários para reclusos, orientando o desenvolvimento de diretrizes nacionais que deverão se adaptar às circunstâncias locais de determinados países e estados. Esse documento é direcionado a bibliotecários, administradores de biblioteca, autoridades penitenciárias e responsáveis pela administração e financiamento das bibliotecas nas prisões. A sugestão é que essas diretrizes sejam aplicadas a prisões e outros locais de custódia com uma população de cinquenta ou mais presos.

Estas diretrizes orientam com relação à administração do espaço: acesso, horários de funcionamento, instalação e equipamento, uso da tecnologia da informação, trabalhadores/bibliotecários, supervisores, matérias da biblioteca (livros, revistas e periódicos); também orienta quanto a serviços e programas, comunicação e marketing. Nesse sentido, constitui-se uma ferramenta básica para a criação, funcionamento e desenvolvimento das bibliotecas nas prisões.

Importante mencionar que devido a alguns fatores, como a falta de profissionais capacitados para exercer a função de bibliotecários nesses espaços, a falta de estrutura física e de incentivo das políticas públicas, essas diretrizes acabam não sendo aplicadas concretamente, ficando perdidas e esquecidas. Na verdade, desconhecemos a existência de um levantamento ou pesquisas relacionadas que mencionem a utilização dessas diretrizes na organização estrutural desses espaços.

Ao fazermos um levantamento sobre bibliotecas nas unidades prisionais de todas as regiões do país, obtivemos dados que nos oferecem um panorama geral no Brasil, do ponto de vista quantitativo, até o ano 2008. O Relatório da situação atual do Sistema penitenciário sobre bibliotecas, a partir de informações colhidas entre outubro de 2007 e abril de 2008, durante a elaboração dos planos diretores das unidades da federação, descreve a seguinte situação:

Dos 1.148 estabelecimentos penais existentes nos estados pesquisados, apenas 305 possuem bibliotecas. O acervo disponibilizado aos presos é limitado e em regra, foi formado através de campanhas de doação de livros fornecidos pela comunidade e por instituições públicas e privadas. Os livros, na sua maioria, são didáticos e de literatura variada. A principal dificuldade para a criação das bibliotecas é a falta de espaço físico nas unidades penais. Em Minas Gerais, foi implantado o Projeto Sala de Leitura que prevê a criação de salas de leitura, bem como a doação de 1.000 livros para os estabelecimentos penais do Estado. O Instituto Oldenburg de Desenvolvimento realizou importantes doações às unidades penais, nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo. (BRASIL, 2008, p.27)

Junto à apresentação desses números, podemos constatar, conforme analisaremos a seguir, que os problemas que cercam esses espaços de leitura são os mesmos enfrentados pela Biblioteca/sala de leitura da Penitenciária pesquisada: problemas estruturais, falta de acervo em quantidade e qualidade, ausência de um profissional qualificado na área para auxiliar na organização e difusão das obras, dentre outros.

Com relação ao estado da Paraíba, o plano diretor do sistema penitenciário do estado da Paraíba (PARAÍBA, 2015) mostrou que existem cinco unidades que possuem espaços literários em locais adaptados. De acordo com o mesmo documento, existe uma unidade que abriga uma biblioteca com espaço próprio<sup>3</sup>. No entanto, infelizmente, não poderemos apresentar mais detalhes, pois o referido plano não menciona quais são esses estabelecimentos nem em que cidades estão localizados.

Segundo o mesmo plano, nesses espaços de leitura, são disponibilizados livros diversos sobre literatura nacional, livros didáticos, noções de direito e outros informativos. O documento fala que, à época em que os dados que o compõem foram coletados, não existiam campanhas regulares para doações de livros, e que este seria um projeto dos órgãos competentes e responsáveis por este setor, para que, através da ampliação do acervo, fossem criados novos espaços literários nos demais estabelecimentos penais do Estado.

---

<sup>3</sup>Parece que realmente o instituto Biblioteca não é uma prioridade em nosso Estado. Observemos um levantamento feito por Espíndola (2015, p. 19) com relação às bibliotecas públicas do estado da Paraíba: “Na Paraíba, registra-se atualmente um total de 106 bibliotecas públicas cadastradas no catálogo do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Estas se dividem em bibliotecas escolares (por funcionarem em estabelecimentos de ensino e atenderem exclusivamente ao público destas escolas) e bibliotecas públicas municipais e estaduais. Segundo dados do 1º. Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2010), a Paraíba registrava, em 2009, 136 bibliotecas, distribuídas em 133 municípios do Estado. Ainda segundo o censo, a Paraíba tem uma média de 3,6 bibliotecas por cada 100 mil habitantes, o que a coloca em oitavo lugar no ranking nacional. Também foram observados, nesse Censo de 2010, quais assuntos costumam ser os mais consultados nas bibliotecas e com que finalidade os brasileiros costumam frequentá-las (verificou-se que prevalece, neste caso, a pesquisa escolar).”

Em notícia veiculada no ano de 2014, intitulada: “Governo desenvolve ressocialização através da leitura”, o site oficial do governo do estado da Paraíba divulgou: “Na Paraíba, cerca de oitenta por cento das unidades prisionais possui bibliotecas. Os livros foram doados por instituições de ensino do Estado [...]”. Há, conforme dados do sistema, 78 presídios, penitenciárias e cadeias públicas distribuídas em nosso estado. Assim, a partir desses últimos dados, podemos concluir que, do ano de 2008 até o ano de 2014, houve uma evolução no que diz respeito a políticas públicas de incentivo à leitura em nosso estado.

Outras informações relevantes relacionadas às bibliotecas em unidades prisionais do estado da Paraíba foram apresentadas nessa matéria. Ficamos sabendo, por exemplo, que o presídio Serrotão, em Campina Grande - PB, possui um “campus avançado”, reforçando o que foi apresentando através do plano penitenciário, em que existe uma unidade que possui um espaço próprio para a biblioteca. De acordo com a notícia, o objetivo do projeto: “[...] é fortalecer a educação e a cultura prisional, que são eixos da Gerência de Ressocialização” (PARAÍBA, 2014). Aparece, talvez, um sinal de preocupação com a ressocialização e com o incentivo à prática leitora em unidades prisionais.

Em se tratando de uma biblioteca existente no interior de uma unidade prisional, a submissão às regras acontece de duas formas: o apenado/leitor deve estar submetido, primeiramente, à unidade prisional, e, segundo, às normas da biblioteca que a unidade oferece. Seria oportuno, então, entender como acontece essa dinâmica entre a permissão e o controle, entre a independência e o monitoramento desses sujeitos privados da liberdade social, e que, no entanto, parecem providos da liberdade que a leitura pode proporcionar.

Ainda que escassas, podemos destacar experiências exitosas com relação ao incentivo à leitura nesses espaços de privação de liberdade, a exemplo do trabalho desenvolvido na Penitenciária de Assis, distante 419 km da capital São Paulo. Esta unidade, que funciona em regime fechado, conseguiu realizar uma experiência de mediação de leitura chamada “O projeto Perspectiva: Leitura e Produção de Textos”. A experiência de leitura, iniciada em março de 2009, é feita em parceria com a diretoria responsável pela Educação, o educador, uma psicóloga e o responsável pela coordenação da escola. Abaixo veremos, brevemente, como funciona esse projeto.

O projeto acontece com encontros semanais, que duram em torno de duas horas, nas salas de aula. Os livros ficam expostos na mesa, o apenado escolhe o livro e, em seguida, faz uma leitura silenciosa, seguindo do debate e da produção de texto. (DA SILVA, MOREIRA, S/D, p. 13).

As realidades das bibliotecas prisionais e suas práticas de leitura são bem parecidas em todos os estados do nosso país. Para que possamos conhecer um pouco mais a realidade nacional, citaremos a biblioteca do Presídio de Segurança Máxima “Jair Ferreira Carvalho na região Centro-Oeste”, na Capital Campo Grande- MS. Segundo dados de Da Silva e Moreira (S/D), o espaço onde funciona a escola e a biblioteca fica em um pavilhão central. Sendo assim, a circulação dos professores, funcionários e alunos é rigorosamente controlada. Os autores afirmam ainda que, nesta unidade, desde 2006, quando houve uma rebelião que destruiu uma grande parte da Penitenciária, escola e biblioteca, não houve nenhum projeto de incentivo à leitura e à formação de leitores. A biblioteca está em processo de reestruturação e somente os alunos que fazem parte da escola podem utilizar os livros da biblioteca.

Considerando que pouco ou nada conhecemos sobre as práticas de leitura realizadas intramuros, destacamos como de fundamental importância a realização de pesquisas que visam a conhecer um pouco da realidade das bibliotecas distribuídas nas unidades prisionais do nosso país. No geral, o que ouvimos frequentemente é o discurso que expressa o caos presente no sistema carcerário brasileiro. Imaginemos, então, como é difícil criar, estruturar, organizar e manter espaços destinados à prática da leitura dentro deste contexto obscuro. Passemos, então, a descrever a experiência da Penitenciária Desembargador Silvio Porto em João Pessoa-PB.

### **3 HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA/SALA DE LEITURA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO**

Como mencionamos na introdução deste trabalho, pouco sabemos sobre a realidade do sistema prisional brasileiro. O que é mais difundido ou propagando, até mesmo pela mídia, é a superlotação nas penitenciárias do nosso país. Essas instituições estão sob a responsabilidade do poder executivo estadual, do ministério público e do poder judiciário, no entanto, existem poderes paralelos em seu interior que dificultam as ações voltadas à educação e à ressocialização.

Os discursos sobre ressocialização, presentes no interior das prisões e/ou em trabalhos que tematizam a questão, expressam a dificuldade em realizar tal tarefa em um espaço caótico como este. No entanto, há um conjunto de leis (a exemplo da própria constituição e da Declaração universal dos direitos humanos) que assegura que todos têm direito à educação e à formação. Nesse capítulo, pretendemos discutir a questão dos presídios no Brasil, especificamente articulando essa discussão ao nosso objeto de estudo que se relaciona com o direito à leitura no interior dessas instituições.

#### **3.1 Breve contextualização da situação dos presídios no Brasil**

De acordo com os dados do Governo Federal, especificamente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil é um país com dados/ indicadores de criminalidade muito elevados, possuindo a quarta maior população carcerária do mundo. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública ([www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-chega-a-mais-de-622-mil-detentos](http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-chega-a-mais-de-622-mil-detentos)): “A população penitenciária brasileira chegou a 622.202 pessoas em dezembro de 2014”, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia (BRASIL, 2016). Não somos capazes de estabelecer fatores gerais de criminalidade. No entanto, podemos olhar para os tipos de crime e compreender que alguns fatores concorrem para esses dados alarmantes. Por exemplo, a criminalidade urbana, composta por crimes contra o patrimônio, roubos, furtos, latrocínios, pode ser explicada pelo fato de o Brasil ser um país extremamente desigual.

Segundo dados do periódico Informações Penitenciárias (BRASIL, 2014), para a citada quantidade de apenados, distribuídos pelas penitenciárias do nosso país, existem disponíveis 376.669 vagas nas unidades prisionais. A superlotação, portanto, é uma realidade nas unidades prisionais brasileiras e inviabiliza os ditames do Estado democrático de Direito,

dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição Federal, na Lei das Execuções Penais, na regulamentação específica vigente. Vejamos as informações detalhadas abaixo, apresentadas no citado documento:

Entre 2000 e 2014, a taxa de aprisionamento aumentou 119%. Em 2000, havia 137 presos para cada 100 mil habitantes. Em 2014, essa taxa chegou a 299,7 pessoas. Caso mantenha-se esse ritmo de encarceramento, em 2022, a população prisional do Brasil ultrapassará a marca de um milhão de indivíduos. Em 2075, uma em cada dez pessoas estará em situação de privação de liberdade. (BRASIL, 2014, p. 16)

De maneira geral, as penitenciárias brasileiras têm as mesmas características: superlotação, precariedade, insalubridade e “[...] o perfil das pessoas presas é majoritariamente de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda” (BRASIL, 2014). De acordo com informações extraoficiais, obtidas em diálogos com os agentes que trabalham na Unidade pesquisada, a maioria das prisões é feita em decorrência do tráfico.

Institucionalmente, as unidades prisionais são de atribuição estadual, órgãos penitenciários e controle do poder judiciário e ministério público. No entanto, de acordo com relatos intramuros, dos agentes e apenados, da penitenciária, em paralelo a esta estrutura formal, existem, no interior das unidades, as facções que detêm o controle interno desses ambientes. Desse modo, qualquer indivíduo que adentre ao sistema penitenciário terá que, obrigatoriamente, escolher de qual facção ele irá participar. E essa facção irá garantir a integridade deste sujeito dentro da prisão, forçando-o a um compromisso pós-cárcere. Podemos observar no trecho abaixo quais são essas facções e onde atuam ou atuaram. Com relação a esses poderes existentes no interior das prisões, elucida Nepomuceno a seguir:

Entre as principais organizações criminosas que atuam ou atuaram no Brasil podemos citar: O Primeiro Comando da Capital (PCC), no Estado de São Paulo, criada em 1993 na Casa de Custódia e Tratamento Dr. Arnaldo Ferreira. O Comando Vermelho (CV), nascido em 1980, no Rio de Janeiro. O Terceiro Comando, nascido também nos anos 80 como dissidência do Comando Vermelho, tornou-se o principal rival deste último, instaurando uma guerra pelo controle do Tráfico de Drogas em mais de 600 favelas do Rio de Janeiro. A facção Paz, Liberdade e Direito (PLD) foi fundada na cadeia da Papuda, no Distrito Federal, em 2001. Em Minas Gerais, no mesmo ano, foi fundada na Penitenciária Nelson Hungria a facção Primeiro Comando Mineiro (PCM). No Maranhão, atualmente, são bastante conhecidas duas facções criminosas rivais entre si, quais sejam, o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) e o Bonde dos 40, às quais todos os detentos são obrigados a aderir assim que chegam à prisão. (NEPOMUCENO, 2015).<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Não conseguimos encontrar dados referentes a essa questão na realidade do sistema penitenciária paraibano.

Tais facções/organizações formaram um Estado paralelo que realiza diversas atividades ilícitas, como tráfico de drogas, prostituição, contrabando de armas etc., as quais são comandadas de dentro para fora dos presídios, ocasionando em uma situação de grave insegurança à população. Acreditamos que, estando inserido nesse ambiente inóspito, repleto das mais diversas “mazelas”, buscar o acesso à leitura pode contribuir para uma “fuga”, nem que seja momentânea, para ocupar o tempo do ócio.

Existe um discurso que circula tanto no meio prisional (agentes e apenados) quanto nas pesquisas que abordam esta temática de que a cadeia não ressocializa ninguém. De acordo com Rossini (2015): “Nota-se que apesar da LEP assegurar direitos básicos ao preso, nenhuma autoridade se importa com a situação em que se encontra o sistema prisional e a sociedade infelizmente na maioria das vezes aprova esta triste realidade, sem ao menos pensar nas consequências.” Como pensar em ressocializar um sujeito inserido neste contexto caótico? Como reintegrar novamente à sociedade um indivíduo que vive em um ambiente superlotado, sem condições mínimas de higiene, vulnerável a diferentes tipos de doença? Evidentemente, não é nosso objetivo responder a essas perguntas, mas podemos, no mínimo, pensar que a sociedade “cobra” essa ressocialização, mas não está preocupada se ela de fato acontece.

Segundo Foucault (2014), não é punir menos, mas melhor. Punir talvez com uma severidade atenuada, para punir com mais universalidade e necessidade. Foucault (2014) apresenta essa discussão no que diz respeito ao poder de punir no corpo social, ajustando a punição da pena ao delito praticado. Para o autor, a pena só será eficaz quando apresentar ao criminoso que as desvantagens da punição são maiores que as vantagens do delito. Como afirma abaixo.

[...] diminuir o desejo que torna o crime mais atraente, aumentar o interesse que torna a pena temível; inverter a relação das imensidades, fazer que a representação da pena e de suas desvantagens seja mais viva que a do crime com seus prazeres. (FOUCAULT, 2014, p. 104).

Foucault considera que, se a pena tem uma função punitiva educativa, ela não poderá ser uniforme e definitiva. É preciso pensar no esforço para transformar o sujeito delituoso que está no mesmo ambiente que outros sujeitos que praticaram delitos diferentes, com crimes e penas diferentes, e que estão ocupando o mesmo espaço. Para Foucault (2014, p. 106), a pena “[...] pode naturalmente ser fixa, no sentido de que é determinada para todos da mesma maneira, pela lei; seu mecanismo interno deve ser variável.” A mesma pena, a mesma

punição, a mesma forma de execução da lei para crimes, contextos e pessoas diferentes. O autor reflete sobre a função da pena que deve ser justa e, ao mesmo tempo, pensada para reintegrar o apenado à sociedade.

Algumas soluções já foram sugeridas para começar a se pensar em melhorias do Sistema Prisional Brasileiro, como, por exemplo, a construção de pequenos presídios, oferecendo alternativa para que o sujeito não se integre a uma facção criminosa e buscando forma de reintegração social. Considerando a situação dos apenados na Paraíba, verificamos que o Plano Estadual de Educação nas Prisões, construído entre os meses de setembro e outubro de 2012, com base no Plano Nacional de Educação nas Prisões, direcionado pelo Ministério da Educação, pelo ministério da Justiça e em parceria com a UNESCO, buscou criar alternativas para o desafio da inclusão social dos apenados e egressos dos sistemas penitenciários. Em vista disso, o referido plano admite que:

[...] a Educação é um direito de todos, sem distinção, entendida como direito humano que se dará na relação entre outras dimensões como trabalho, saúde e cultura nas prisões, e que a aprendizagem se dá ao longo da vida, respeitando-se o direito de acesso ao saber socialmente acumulado pela humanidade, fazendo da educação um instrumento indispensável à conquista da cidadania, no caso do atendimento a um segmento da população historicamente fragilizada, que compreende a população carcerária. (PARAÍBA, 2012, p.08)

É possível, então, dizer que, dado que plano admite o acesso à informação e à educação como um direito da população carcerária, contribuir com o acesso à leitura e à formação de leitores é acreditar no processo de ressocialização. Enquanto ressocialização através da leitura, pontuamos o que diz o Conselho Nacional de Justiça, em seus atos administrativos:

A possibilidade de remir a pena por meio da leitura já é realidade em diversos presídios do país. De acordo com a Recomendação n. 44 do CNJ, deve ser estimulada a remição pela leitura como forma de atividade complementar, especialmente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional. (BRASIL, 2016).

A remição de pena significa o direito que o condenado tem de diminuir sua sentença. Ela pode acontecer através do trabalho, nas dependências da unidade prisional, na qual ele está inserido. Nesse sentido, funciona da seguinte forma: a cada três dias trabalhados é diminuído um dia da sentença. A remição também pode acontecer através do estudo, executada da seguinte forma: a cada doze horas de estudos, mediante comprovação de

frequências e nota, é diminuído um dia da sentença. E a remição de pena por leitura, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça, ocorre da seguinte forma: “Cada obra lida possibilita a remição de quatro dias de pena, com o limite de doze obras por ano, ou seja, no máximo 48 dias de remição por leitura a cada doze meses.” (BRASIL, 2016). O referido site alerta que, a fim de que a remição de pena por leitura se efetive, faz-se necessário a realização de um projeto direcionado a esta atividade na unidade, para que seja assegurada a participação do preso. Naturalmente, também é necessário que a unidade prisional disponha de um acervo bibliográfico. Nos capítulos seguintes, ao falarmos sobre as práticas leitoras na unidade Desembargador Silvio Porto, retomaremos esse assunto.

Desse modo, verificamos que, considerando a Educação em seu sentido mais integral, o incentivo e a formação de leitores tornam-se direito daqueles que perdem temporariamente sua liberdade, direito este sistematicamente violado pela até então incipiente política de Educação nas prisões do país, ainda em fase de consolidação.

### **3.2 Condições de criação da biblioteca/Sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto**

Primeiro, torna-se oportuno ressaltar a dificuldade de conseguir dados sobre a estrutura prisional da Paraíba. Segundo dados do site do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL,2016), em levantamento feito no ano de 2015, o Brasil possuía 1424 unidades prisionais: 260 dessas unidades estavam destinadas ao regime fechado; 95 ao regime aberto; 725 a presos provisórios; 20 hospitais de custódias; ainda 125 que acolhiam apenados de diversos tipos de regime.

A Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba (SEAP-PB) gerencia todas as unidades prisionais da Paraíba, segundo dados do Governo do Estado, obtidos no site oficial do estado (PARAIBA, 2017). Esta é a secretaria mais antiga, fundada no ano de 1928, nomeada nessa época de Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária.

Conforme já mencionamos, existem hoje na Paraíba 78 unidades prisionais (dentro presídios, penitenciárias ou cadeias públicas), distribuídos nas seguintes cidades: João Pessoa<sup>5</sup>, Santa Rita, Sapé, Guarabira, Campina Grande, Patos, Souza, Cajazeiras, Alagoa Grande, Alagoinha, Alhandra, Araruna, Areia, Aroeiras, Boqueirão, Bayeux, Belém, Conceição, Cabaceiras, Caiçara, Catolé do Rocha, Coremas, Cuité, Cruz do Espírito Santo,

---

<sup>5</sup> A cidade de João Pessoa comporta nove unidades prisionais, sendo uma psiquiátrica, três de segurança máxima, duas para menores infratores, uma feminina e duas de segurança média.

Gurinhém Itabaiana, Itaporanga, Ingá, Jacaraú, Juazeirinho, Mamanguape, Malta, Monteiro, Pedras de Fogo, Piancó, Picuí, Pilões, Pilar, Pocinhos, Pombal, Princesa Isabel, Queimadas, Rio Tinto, Remígio, Santa Luzia, São Bento, Santana dos Garrotes, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Serraria, Serra Branca, Solânea, Soledade, Sumé, Taperoá, Teixeira, Uirauna e Umbuzeiro. Todas essas unidades são supervisionadas e administradas pelo governo estadual.

Ainda segundo o site oficial do estado (PARAIBA, 2017), o sistema penitenciário paraibano adota alguns princípios para o regimento das unidades prisionais, tais como: a inviolabilidade da integridade física e psíquica, tratamento justo e digno e a existência de um regime evolutivo de níveis, do mais rígido ao mais leve.

Conforme dados dessa mesma fonte, existem vários trabalhos sociais e educacionais desenvolvidos nas penitenciárias do Estado do Paraíba, dentre os quais são registrados os seguintes:

- O trabalho liberta;
- Fundo de recuperação dos presidiários;
- Educação nos presídios;
- Pintando a liberdade;
- Saúde nos presídios, entre outros.

A fonte pesquisada (PARAÍBA, 2017) apenas cita essas informações, sem apresentar detalhes acerca de seu efetivo funcionamento. Também não temos dados para assegurar que esses programas estejam funcionando ativamente em todas as unidades do Estado. De acordo com informações da gerência de educação nas prisões, alguns projetos estão funcionando, outros pararam por falta de alunos. Ocorre que, durante a execução dos projetos, que funcionam nas escolas inseridas nas unidades, alguns alunos podem ser transferidos; outros conseguem progressão de pena (sendo transferidos para os regimes semiaberto, aberto ou condicional). Desse modo, o quantitativo de participantes vai diminuindo e não são substituídos por outros devido à burocracia interna.

A Penitenciária Desembargador Silvio Porto, campo de nossa pesquisa, funciona em João Pessoa, no bairro de Mangabeira, desde novembro de 2001. Abrigava, no momento em que foi realizada a pesquisa<sup>6</sup>, 1329 detentos, dos quais, aproximadamente, 300 participam das atividades educacionais e profissionais oferecidas pela unidade.

---

<sup>6</sup>As visitas ao local da pesquisa aconteceram durante o período de junho a dezembro de 2016.

A Unidade possui uma escola com cinco salas de aulas e uma biblioteca/sala de leitura. Na escola, a equipe responsável pela ressocialização desenvolve vários projetos dentro da penitenciária. Um deles é o projeto Arte e Cultura, no qual os apenados desenvolvem atividades de artesanato, teatro, coral, banda e dança (contemporânea e *hip hop*). Aproximadamente, 160 apenados participam desse projeto. Um dado a ser registrado é que os produtos fabricados por eles nas oficinas de artesanato são vendidos fora da unidade, por seus familiares, contribuindo com o sustento da família.

Quanto às atividades profissionais desenvolvidas dentro da unidade, os apenados podem trabalhar em serviços gerais (responsáveis pela manutenção e limpeza); cozinha (cozinheiro, auxiliar de cozinha, limpeza e entregador da alimentação nos pavilhões), na gráfica e na escola (biblioteca, limpeza e organização das salas de aula). Com essas atividades, esses apenados recebem o benefício da remição de pena – a cada três dias de trabalho, a pena é diminuída em um dia – e também recebem remuneração pelo trabalho.

A partir desse ponto de vista, a unidade prisional, aparentemente, cumpre o que Foucault (2014) intitula de “detenção legal”, preceito respaldado em seu papel de “aparelho para transformar os indivíduos”, determinado pela firmeza, que provém da dualidade do seu caráter, por um lado, jurídico-econômico e, por outro, técnico-disciplinar. Sobre esta questão, o autor afirma:

A prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema penal. (FOUCAULT, 2014, p. 196)

Nesse contexto de privação de liberdade, enquadra-se o ambiente escolar da unidade do qual faz parte a sala de leitura. A figura 1 apresentada a seguir é a placa do espaço escolar denominado “Centro de Treinamento Desembargador Severino Montenegro”. É importante observar que o ano da fundação do espaço escolar é o mesmo da Penitenciária.

**Figura 1: Placa do espaço escolar**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal

De acordo com a organização feita pela direção da penitenciária e pelos agentes responsáveis, a biblioteca/sala de leitura faz parte da escola, sendo submetida às suas normas e seus horários. O período de atividade da escola e da biblioteca/sala de leitura é das oito da manhã às cinco da tarde, com pausa para o almoço. Dois apenados são responsáveis por esse espaço: um deles, conhecido pelos demais e pelos agentes como “diretor<sup>7</sup>” da escola, é

---

<sup>7</sup> O apenado responsável pela escola (que será denominado a partir de agora de GS) possui nível superior, com formação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. Exerce a função há nove meses.

responsável pela escola (compreendendo todas as cinco salas de aulas e a biblioteca/sala de leitura); outro apenado<sup>8</sup>, pela biblioteca/ sala de leitura José Lins do Rego<sup>9</sup>.

Ao iniciarmos as pesquisas nesse espaço, fomos levadas a conhecer a Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, assim denominada pelo diretor da Unidade, pelos agentes e pelos apenados da unidade. No entanto, ao procurarmos dados sobre a biblioteca, encontramos um espaço denominado “Sala de leitura José Lins do Rego”, como veremos na placa exposta a seguir. Surgiu, então, o impasse de como denominar este espaço, criado como sala de leitura, mas intitulado pelos seus usuários de biblioteca.

Como já fora discutido, a biblioteca, de modo geral, foi criada, sobretudo, para conservação da história da humanidade, para salvar e zelar todo e qualquer tipo de informação, arquivo, acervo e registros históricos, científicos. E isso ocorre em qualquer tipo de biblioteca, pois existe a necessidade de preservação e da conservação da memória. De acordo com Goulemot (2011), para além de ser considerada um depósito de livros ou um lugar de leitura, a biblioteca é um espaço de aprendizado e de sociabilidade.

Por outro lado, a noção que normalmente se tem de Sala de leitura é bem mais restrita. Ao buscarmos informações<sup>10</sup> que nos levassem a uma melhor definição desse espaço, percebemos a ausência de fontes que discutam a questão. De modo geral, verificamos que esse espaço nos é apresentado como um lugar que existe no interior de uma biblioteca, de escolas ou como projetos de incentivo à leitura em comunidade ou associações cujo objetivo é direcionar os leitores de determinada comunidade à prática leitora.

Conforme será analisado a seguir, a Sala de leitura José Lins do Rego não condiz com nenhuma dessas representações. Por isso, preferimos caminhar entre a legalidade (o que consta de documentos – sala de leitura) e a realidade (como os leitores denominam – biblioteca), referindo-nos a esse espaço da Penitenciária Desembargador Silvio Porto como biblioteca/sala de leitura.

Não conseguimos obter informações sobre o motivo pelo qual o nome desse espaço (“Sala de leitura José Lins do Rego”) foi escolhido, por quem foi escolhido e como foi escolhido. Ou seja, as pessoas que estão responsáveis pelo espaço hoje (direção, funcionários

---

<sup>8</sup> O apenado responsável pela sala de leitura possui nível fundamental incompleto e não nos informou há quanto tempo exerce a função.

<sup>9</sup> Importante ressaltar que entrevistamos apenas o apenado que é responsável pela escola e pela biblioteca, pois este segundo apenado responsável apenas pela biblioteca/ sala de leitura só tem a função de controlar os registros de empréstimos e organização do espaço, sendo “subordinado” ao primeiro, conhecido como diretor.

<sup>10</sup> Essas informações superficiais foram obtidas em sites de bibliotecas (muitos deles desatualizados) e em dois blogs educativos (que também estavam desatualizados), por isso não foram citados.

e apenas) não sabem informar as condições de criação da Sala de Leitura José Lins do Rego.

A direção e os demais responsáveis por este espaço assumiram suas funções a partir do ano de 2011, ao passo que o espaço estudado foi fundado em 2007. Sendo assim, esses sujeitos que hoje respondem por esse espaço estão impossibilitados de nos informar precisamente sobre os detalhes da sua fundação. Procuramos a gerência de educação das prisões do Estado que se localiza na Secretaria de Administração do Estado da Paraíba e lá também não obtivemos informações concretas. Um funcionário desse setor nos indicou uma pessoa que talvez conhecesse a história fundação da Sala de leitura. Apesar de tentarmos entrar em contato com essa pessoa, buscando, inclusive, agendar uma conversa e uma possível entrevista, não fomos recebidas.

As únicas informações sobre a biblioteca/sala de leitura, seu nome e todos os dados referentes à sua criação são aquelas que se encontram na placa, apresentada na figura 2, a seguir, que fica localizada na parede entre as salas de aula da unidade (figura 3, a seguir). Portanto, essa placa de inauguração (figura 2) funciona como o único vestígio que se reporta à história da fundação da biblioteca. Tudo mais é desconhecimento, de um lado, e silêncio, do outro.

**Figura 2: Placa alusiva à criação do espaço de leitura**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal

**Figura 3: Corredor entre as salas de aula da Escola da Penitenciária, onde fica a placa da sala de leitura entre as salas**



Fonte: Acervo fotográfico pessoal

Conforme verificamos na placa da figura 2, a biblioteca/sala de leitura foi inaugurada seis anos depois da criação da Penitenciária, no ano de 2007. A partir dessa placa, ainda tomamos conhecimento que esse espaço foi fundado e apoiado pela Organização Não Governamental Instituto Oldenburg<sup>11</sup> de Desenvolvimento. Também contou com o apoio do grupo editorial Record, do Ministério da Cultura e do Governo do Estado da Paraíba. Com exceção dessa placa, não existem documentos, ata, ou qualquer regimento que apresente mais informações sobre a criação desse espaço da biblioteca/ sala de leitura.

Conforme informações obtidas no site do Instituto Oldenburg, a entidade desenvolve um projeto chamado “sala de leitura” desde o ano de 2003, doando um acervo de mil livros não didáticos para associações de moradores, hospitais públicos, escolas públicas e unidades

<sup>11</sup>Lembremos que esse instituto é o mesmo que apoiou a criação de salas de leitura nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo, conforme se verifica em citação feita anteriormente (BRASIL, 2008).

do sistema prisional. Ainda segundo informações contidas no site do projeto, durante esses anos de atuação, o referido projeto já inaugurou 829 salas de leitura. Afirma-se também que o instituto recebe ajuda de algumas empresas que auxiliam nessa iniciativa cujo objetivo é a formação de novos leitores e maior circulação do livro.

Ao mencionarmos essas informações referentes ao Instituto que incentivou a criação desse espaço, podemos inferir por que ele foi denominado “sala de leitura”, visto que está inserido em um projeto mais amplo que funciona em presídios brasileiros em diferentes estados. Porém, na nossa concepção, a partir da realidade que observamos, o espaço, a rigor, não exerce a função nem de sala de leitura nem tampouco de biblioteca tal como se concebe essa instituição.

Podemos dizer que este é o espaço que guarda o acervo bibliográfico da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, apresentando poucas características de sala de leitura e de biblioteca. Verificamos que ele não oferece estrutura de biblioteca, com um local adequado para armazenamento dos livros; nem oferece um espaço de leitura para uso dos apenados. O espaço dispõe de estantes improvisadas onde estão expostos os livros. Essas “estantes” estão separadas por gêneros, que serão mencionados a seguir, quando falarmos da catalogação dos livros, os quais foram organizados pelo apenado responsável pelo espaço - GS, que não se encontra mais na unidade. Segundo relatos do agente que trabalha com o setor de ressocialização e é responsável pela escola, esse espaço surgiu a partir da ocupação de uma sala de aula desativada e, com o crescimento do acervo, foi transferido para outra sala.

Como já mencionamos, a unidade prisional dispõe de cinco salas, espaço denominado de escola; quatro dessas salas são utilizadas para aulas do ensino regular, Educação de Jovens e Adultos e projetos desenvolvidos pela equipe de ressocialização. Na primeira, dentre as cinco salas, atualmente está organizada a “sala de leitura José Lins do Rego”. Para conhecermos um pouco mais sobre sua estrutura e organização, entrevistamos GS – o apenado responsável pelo espaço que compreende a escola e a biblioteca/sala de leitura. Vejamos, no recorte abaixo, como ele descreve esse espaço:

(1)

A biblioteca possui cinco estantes e os livros estão dispostos em quatro. O problema dessa distribuição é que o espaço é reduzido e uma estante fica encostada na parede, escondendo um lado inteiro e com isso não deixando visível aos leitores. Essas estantes utilizadas são de ferro e não suportam o peso e, com isso, elas estão empenadas e amarradas para não caírem. (Apenado GS)

As descrições constantes desse depoimento podem ser atestadas nas fotos que se dispõem a seguir:

**Figura 4: Biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto**



Fonte: Acervo Pessoal da pesquisadora

**Figura 5: Biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto**



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Como podemos constatar a partir das fotos acima e do depoimento do apenado, a biblioteca funciona em um espaço adaptado, em que se misturam livros, geladeira, garrafa de café, caixas diversas. Como elucidou o apenado responsável, este espaço também serve para a preparação da merenda escolar da Unidade. Em cima das prateleiras – figura 4 (podemos observar uma parte desse material, pois a fotografia não conseguiu capturar a totalidade desse artesanato), em meio a outros objetos, encontramos o material feito pelos apenados nas oficinas de artesanato. Ainda sobre a estrutura do espaço, o apenado assim expõe sua inadequação como sala de leitura para atender à população carcerária:

(2)

A biblioteca possui um espaço físico bastante reduzido, não suportando a quantidade de livros. Com, aproximadamente 3x5m, a biblioteca não possui espaço para leitura. Outro problema é que o local é voltado para o sol e a climatização é inadequada aos livros, sem controle de umidade e temperatura. O espaço foi improvisado em uma sala de aula e não tem condições para funcionar uma biblioteca. Como não existe outro local para os trabalhadores da escola, os cinco trabalhadores ficam dentro da biblioteca, pois não pode ficar andando no pátio do presídio. A biblioteca serve de local para preparar a merenda da escola, tem uma geladeira, liquidificador. Também é o local onde guarda todo o material de artesanato. (Apenado GS)

Goulemot (2011) afirma que uma biblioteca deve ser um lugar vivo, sendo assim imaginamos um espaço não somente ocupados por livros, mas ocupado por pessoas que fazem uso desses livros, para que ela se mantenha viva e exerça sua real função. No relato apresentado pelo apenado, ele fala deste recinto como se este fosse um quarto de despensa, servindo também como depósito. Todo material referente à escola, aos cursos ministrados neste espaço e à biblioteca ocupam o mesmo lugar. Verificamos que a biblioteca, além de abrigar os livros que é sua principal função, é também a secretaria, a cozinha e a sala de apoio da escola. Nesse sentido, podemos dizer que ela é um local vivo, mas não totalmente adequado à função de biblioteca. Ou seja, percebemos a circulação e movimentação de pessoas, no entanto, esse movimento não está direcionado às práticas de leitura que poderiam ser desenvolvidas neste ambiente.

### **3.3 Condições de funcionamento: acervo e regras de empréstimos da Biblioteca/Sala de Leitura José Lins do Rego**

No momento da pesquisa, o acervo da Biblioteca/Sala de Leitura José Lins do Rego somava dois mil cento e oitenta e sete (2.187) livros catalogados. Estas obras congregam desde textos literários, livros de autoajuda, best-sellers, obras religiosas e materiais de cunho didático. Sobre a organização desse acervo, afirma o agente de Segurança<sup>12</sup> em entrevista concedida para esta pesquisa:

(3)

Nossa organização foi empírica e bastante artesanal. Tanto na separação dos títulos e autores como na sequência de gêneros literários. Estamos sempre recebendo doações que são catalogadas e etiquetadas. Atualmente aguardamos o apoio de voluntário, que tenham o conhecimento necessário, para auxiliar na organização de nossa biblioteca. Importante registrar que esta orientação de títulos partiu dos próprios apenados que trabalham na biblioteca. Fato meritório visto que está funcionando bem até agora. Mas pode melhorar de forma “geométrica”. (Agente penitenciário - BC responsável pelo setor de ressocialização)

Sem um conhecimento formal (informações/instruções) acerca da catalogação de livros, o apenado e o agente responsável pela ressocialização criaram uma forma de organização dos livros, com o objetivo de sistematizar e zelar pelo acervo da instituição.

---

<sup>12</sup>O Agente de Segurança Penitenciário, BC, possui nível superior completo, com especialização em Inteligência Policial, Penal e de Segurança Pública, Formação de Educadores em Ambiente Prisional. Exerce esta função na unidade há cinco anos.

Adiante, falaremos um pouco dessa forma própria de catalogação utilizada para organização do acervo.

Sabemos que todos os espaços de leitura, dentre os quais as bibliotecas de pequeno, médio ou grande porte, estão submetidos a regras e normas (BRASIL, 2010). De acordo com o Sistema Nacional de Biblioteca Públicas (SNPB), foi criado um manual para direcionar a gestão e organização das bibliotecas em nosso país. Desse manual, constam algumas informações que normatizam a utilização das bibliotecas, como o que diz respeito à parte elétrica, iluminação, acústica, temperatura e umidade/ móveis e equipamentos. Seguem dados sobre formação do acervo (obras de referência, periódicos, folhetos, arquivos de recortes, estampas, material audiovisual, publicações eletrônicas /aquisição e avaliação); tratamento técnico do acervo (registro de obras, inventário, organização – classificação – catalogação – definição dos elementos, empréstimo domiciliar); a biblioteca como centro de informação e leitura da comunidade (Serviço de referência, informação, programa de formação e orientação de usuários, serviço de empréstimo domiciliar, serviço de ouvidoria, serviço de memória local, serviços especiais, serviços de extensão e atividades culturais); preservação e conservação do acervo e informatização. De acordo com o SNPB, os bibliotecários devem nortear-se a partir deste manual, e, guiados por esses direcionamentos normativos, cada biblioteca estabelece suas próprias normas e regras, que poderão variar de acordo com o tipo de biblioteca e suas particularidades.

A biblioteca prisional, além das regras estabelecidas pelo espaço Biblioteca, deve seguir as normas de uma Unidade Prisional. Em relação à Penitenciária Sílvia Porto, vale registrar que os apenados não podem ler na sala de leitura José Lins do Rego, não somente em função do espaço físico restrito, falta de mesas, ventilação, mas também – poderíamos dizer que esta seria uma questão de maior peso – por uma questão de segurança, vigilância e trabalho dos agentes.

Goulemot (2011, p.8) fala de “[...] um olhar lançado à biblioteca, não somente como depósito de livros e lugar de leitura, mas também como lugar de aprendizado e de sociabilidade”. Dentro de um contexto de prisão, o estado poderia alegar que esse espaço de sociabilidade já acontece nos pátios, no banho de sol, nos horários de visita da família. Além disso, juntar os detentos em um espaço destinado à prática de leitura seria um risco e um trabalho a mais para os agentes, que, de acordo com informações da direção desta unidade estudada, já trabalham com o efetivo reduzido.

Como a prática da leitura não pode se efetivar no espaço da sala de leitura, os apenados/leitores podem pegar o livro emprestado e levá-lo para a cela. Em contrapartida,

exige-se que sejam observados os cuidados básicos para preservação do livro, como não riscar, não molhar, não rasgar. Em se tratando de um espaço em que se sobressai um sentimento de animosidade e agressão, onde não existe confiança entre os colegas, esses cuidados devem ser maiores. Principalmente, porque, se acontecer qualquer dano ao livro, o apenado poderá responder a uma sindicância e sofrer algumas penalidades, como a proibição do acesso à biblioteca e da retirada de livros para empréstimo. Sobre as condições de empréstimo, afirma o agente:

(4)

Os apenados podem levar os livros para as celas desde que façam a reserva semanal e preencham o protocolo. Esta reserva pode ser renovada. Os títulos são disponibilizados para todos os interessados. Não há restrições de temas. Com maior frequência emprestamos livros para participantes do “Clube da Leitura, os alunos dos ensinos fundamental e médio, Rhema Prisional<sup>13</sup> e Agentes Penitenciários. Um universo de aproximadamente 85 apenados busca a biblioteca com maior ou menor frequência. Apostamos no programa de “Remição pela Leitura” e “Clube da Leitura” para ampliar o número de leitores. (agente penitenciário - BC responsável pelo setor de ressocialização)

Embora o agente afirme que os livros “são disponibilizados para todos os interessados”, com condição de que “façam a reserva semanal e preencham o protocolo”, obtivemos a informação de que o espaço infelizmente não consegue atender a todos os apenados que estão recolhidos nessa unidade prisional. Primeiramente, nos foi informado que há um critério básico para ter acesso à sala de leitura/ biblioteca: segundo relatos recolhidos através de um diário de bordo, observamos que só poderão ter acesso aos livros os apenados que estão matriculados na escola; os demais precisam de uma autorização para ir até o espaço. Depois, mesmo aqueles que são autorizados a retirar o livro, não podem adentrar ao espaço para escolher o livro que gostariam de ler. Sendo assim, o apenado/leitor informa ao responsável quais são seus interesses e o apenado/responsável pelo espaço traz as opções, limitando seu poder de escolha. Passaremos a descrever o sistema de catalogação que foi adotado nesse espaço. Antes, porém, brevemente teceremos algumas considerações sobre o sistema de catalogação.

### **3.4 Catálogo e catalogação: classificação e organização dos livros**

---

<sup>13</sup> Projeto desenvolvido por uma igreja protestante. Os apenados se encontram uma vez durante a semana com aulas, palestras e discussões acerca dos textos bíblicos.

A forma de organização das bibliotecas, conforme Guimarães (2008), está relacionada, prioritariamente, à questão do tratamento temático da informação. A organização desses espaços de leitura sempre esteve relacionada, a priori, à atividade profissional do bibliotecário e, a *posteriori*, às ações de catalogação, sumarização e indexação de assuntos (conteúdos e temáticas). Segundo Mey (1995), existem vários tipos de catálogos, dentre eles, os mais utilizados são manuais ou automatizados, coletivos ou específicos, caracterizando-se por diferentes fatores que transformam esse objeto de organização bibliotecária em um suporte de informação e referências. Segundo a autora:

Catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-se sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s). (MEY, 1995, p. 9)

Notemos, então, que um catálogo deve abranger o detalhamento organizado de dados referentes aos recursos bibliográficos e tem por finalidade representar um determinado item de um centro informacional, facilitando a procura do usuário, ou seja, contribuindo para o processo da recuperação rápida da informação. Desse modo, o processo de catalogar pode ser entendido como a criação de um instrumento de análise do documento em qualquer suporte, identificando as informações necessárias para a sua recuperação por parte do usuário.

A esse respeito, Fujita (2013, p.50) afirma:

[...] a catalogação na biblioteca apresenta um conjunto de princípios firmados e reconhecidos mundialmente que fornecem padrões para a elaboração de registros bibliográficos contribuindo para a construção da área da catalogação e para o intercâmbio de informações.

Ao identificar o papel do catálogo na organização da biblioteca, Cutter (1904), a exemplo de Mey (1995) e Fujita (2013), também ressalta que uma de suas funções é a condução do leitor ao livro. Assim, visando a uma melhor organização e distribuição das obras em uma biblioteca, é possível selecionar, por exemplo, um livro pelas suas características temáticas, desde que essa seleção permita praticidade e dinamicidade de escolha. Resumindo, percebemos que o catálogo é, em geral, apresentado “[...] como um produto que possibilita a recuperação, a localização e o intercâmbio de variados recursos informacionais.” (BOCCATO; FUJITA, 2010, p. 25).

A evolução do catálogo aconteceu de forma simultânea à mudança paradigmática da biblioteca que deixa de ser vista como depósito de livros e passa a ser compreendida como um compêndio de informações. Conforme aponta Fujita:

As mudanças de paradigmas ocorridas na história da organização, como a própria transição de imagem e papel da biblioteca de depósito para centro de disseminação da informação foi um dos fatores que contribuiu categoricamente para a democratização do acesso a informação e consequentemente pilar ao desenvolvimento da sociedade. (MARTINHO E FUJITA, 2010, P. 02)

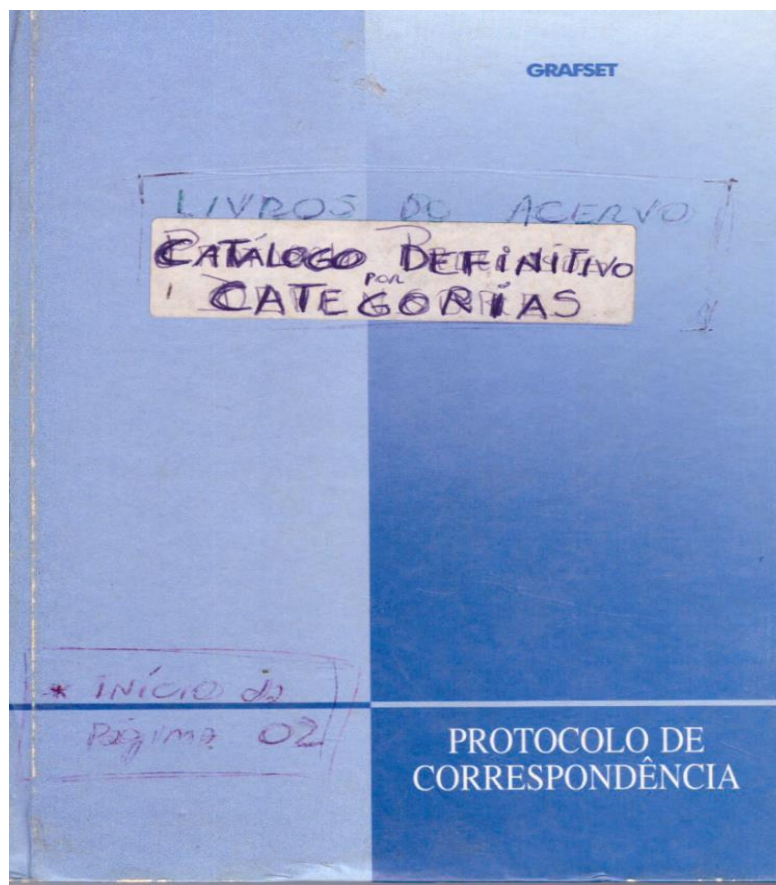
Guimarães (2008) também afirma que o catálogo manual, representativo da informação na biblioteca, funciona como instrumento de recuperação e organização das temáticas e dos enunciados que constituem os cabeçalhos de assuntos das obras, de forma que sistematiza os assuntos, relacionando-os e dispondo-os de acordo com as necessidades de leitura dos sujeitos.

Além de se destacarem quanto ao seu suporte, por questões de capacidade de informação e facilidade de consulta, os catálogos também são caracterizados, conforme Mey (1995, p. 10), pela flexibilidade, facilidade de manuseio, portabilidade e compacidade, que se referem respectivamente à permissibilidade de alterações; à facilidade de acesso e manuseio em relação ao local e visibilidade; à portabilidade referente à praticidade de consulta dentro e fora do ambiente de leitura e, por último, à compacidade, que revela a ocupação de pouco espaço em uma biblioteca.

Neste entendimento, do ponto de vista da biblioteca em presídios, um importante pressuposto para que ela se efetive enquanto ferramenta de construção social é que esse espaço seja considerado como instrumento de socialização da informação. Assim sendo, a exemplo das demais bibliotecas, as dos presídios devem (ou deveriam) também apresentar, em sua organização, princípios que forneçam padrões comuns para construção de registros bibliográficos que permitam “o intercâmbio de informações”, segundo “princípios firmados e reconhecidos mundialmente”, conforme afirma Fujita (2013, p. 50).

A seguir, vejamos a capa do livro/caderno de catalogação da sala de leitura/biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto.

**Figura 6: Capa do livro de catalogação**



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

No caso da biblioteca prisional Desembargador Silvio Porto, os catálogos são manuais, organizados, conforme se observa na figura 6, em cadernos de Protocolo de correspondência adaptados. Podemos, inclusive, verificar que foi colocada uma etiqueta na capa do livro/caderno e a identificação do objeto foi feita manualmente.

As informações complementares “início da página 02” só podem ser compreendidas quando abrimos esse caderno de protocolo transformado em livro de catalogação e verificamos que a página 01 não existe mais. Além desse fato, a etiqueta sobre uma rasura demonstra que este suporte foi reutilizado pelo apenado que catalogou o acervo bibliográfico. De qualquer modo, se seguirmos as características de um catálogo apresentadas por Mey (1995), veremos que o apenado utilizou um suporte de catalogação portátil, compacto e não flexível, e que pode ser considerado de fácil manuseio.

Apesar da automatização e crescente avanço tecnológico, no que diz respeito à organização e disposição das obras nas bibliotecas, na maioria dos presídios predomina o uso dos catálogos manuais que, muitas vezes, são construídos artesanalmente, pelos responsáveis pela biblioteca. Segundo Lidemann (2014), a catalogação nesses espaços é realizada manualmente porque não se pode utilizar computadores em consequência do regime prisional que restringe o acesso às informações externas.

Isso corrobora os apontamentos de Martinho e Fujita (2010, p.05) de que o “[...] catálogo não deve existir como um fim em si mesmo, pois ele se insere em um sistema informacional e deve estar sensível a mudanças cotidianas a partir da necessidade informacional registrada do usuário”. O catálogo manual adapta-se à realidade dos leitores e, por serem as bibliotecas prisionais dotadas de um acervo pequeno de obras, o uso desse tipo de catálogo torna mais prático e eficaz o trabalho do profissional responsável pela organização e empréstimo dos livros. A seguir, vejamos como o apenado responsável explica a forma de catalogação existente neste espaço.

(5)

A biblioteca foi fundada há algum tempo e não sei dizer, exatamente como foi feita a catalogação, mas, pelo pouco que conheço de biblioteca, essa catalogação foi feita sem alguma forma já existente de catalogação. Algum preso deve ter separado de acordo com seus conhecimentos esses livros e criou uma forma de catalogação específica. (Apenado responsável pela escola/biblioteca - GS)

A seguir, observemos a imagem da catalogação manual feita para organização e controle do acervo bibliográfico da Penitenciária

Figura 7: Livro de catalogação 1<sup>14</sup>

The image shows two pages of a handwritten catalog book. The left page is titled '2 - Ficção - Suspense - variados.' and the right page is titled 'FIC. foto'. Each page contains several entries, each with a numbered box (1-5) and a form with the following fields: Destinatário (Author), Título (Title), Nº (Number), RECEBIDO em (Date received), and DISCRIMINAÇÃO (Classification). The entries are as follows:

Box	Destinatário	Título	Nº	RECEBIDO em	DISCRIMINAÇÃO
1	TOCADA GRAMMA	Judge Ampado	Nº 505	02/02/16	Romance Brasileiro
2	JACK HIGGINS	O OLHO DA TEMPESTADE	Nº 223	02/02/16	Suspense - Romance Ing.
3	O crime do século	Dominick Dumme	Nº 312	02/02/16	Suspense - Romance Ing.
4	O olho do FANTO	Boris de Rocheville	Nº 284	02/02/16	Romance Histórico
5	Holocasto e Memórias	Mrs. Regina Cavalcante Silveira	Nº 235	02/02/16	Sociologia - Direitos Humanos
1	O ultimo dos JUSTOS	Andre Schwartz - Part	Nº 347	02/02/16	Holocasto - Ficção
2	O original	Jean - Jacques Fichten	Nº 159	02/02/16	Suspense - Ficção
3	O Fascínio	Tobias Ruas	Nº 141	02/02/16	Suspense - Ficção
4	A Monte mo Moimbo	Ellis Peters	Nº 220	02/02/16	Ficção - Romance Ing.
5	Verde Camoça	Alfredo Sinkis	Nº 236	02/02/16	Ecologia - Naturalista

<sup>14</sup> Nas figuras que virão, estão expostas quatro imagens do livro de catalogação da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, optamos por enumerá-las para melhor diferenciá-las.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Notemos que, na parte superior direita da imagem, está escrito: ficção – suspense – variados. Poderíamos dizer que o critério utilizado pelo(s) apenado(s) para a organização do acervo remeteria ao assunto do livro. Contudo, não podemos precisar que critérios foram pensados para separar ficção de suspense e nem podemos precisar essa categoria de “variados”. Mesmo considerando as obras mencionadas nesta imagem e a descrição que cada uma recebe, apenas podemos ter uma noção de como essa organização foi feita. Vejamos que são listadas nessa mesma página as seguintes obras: Tocaia Grande, de Jorge Amado; O olho da tempestade, de Jack Higgins; O crime do século, de Dominick Dunne; O olho do faraó, de Boris Rachewilts; Holocausto e memórias, de Maria Regina Cavalcanti Silveira; O último dos justos, de André Shuurf; O original, de Jean Jacques Fichter; O fascínio, de Tabajara Dias; A morte no moinho, de Elias Petras; Verde Carioca, de Alfredo Sirkis. Conforme mencionamos, não podemos precisar quais os critérios utilizados para a distribuição dessas obras nas categorias mencionadas.

De qualquer modo, merece lembrar que, do ponto de vista catalográfico, o conhecimento é reunido em 10 classes de assuntos, que vão de 000 a 900. Dentro de cada classe, tem-se um escopo muito amplo. Para classificar um livro com segurança, é necessário fazer a leitura de algumas partes determinadas, o que contribui para melhor identificar o assunto. Tais partes são: orelha, sumário, prefácio, introdução e índice. As classes de assuntos usados são:

#### **Figura 8: Classes de assunto do conhecimento**



Elaboração nossa com base na Classificação Decimal Dewey (CDD).

Na prática, essas classes se subdividem para representar, de forma mais detalhada, o assunto que o livro contém. Devido à complexidade da classificação, utiliza-se a classificação CDD<sup>15</sup>, aproveitando as classificações que a própria Biblioteca Nacional (BN) utilizou.<sup>16</sup>

De acordo com Bruna e Alves (2011, p. 7), o processo de catalogação envolve três fases: “[...] a descrição bibliográfica, o ponto de acesso e dados de localização”. A descrição bibliográfica consiste na caracterização do item e na criação da ficha catalográfica<sup>17</sup>, que é de fundamental importância para referenciação da obra. Assim sendo, o catálogo pode ser organizado alfabeticamente ou sistematicamente de acordo com as seguintes divisões, “[...] identidade, assuntos, números de classificação, títulos, topográfico, oficial, decisório e de registro.” (BRUNA e ALVES, 2011, p. 11). De modo geral, os catálogos buscam uniformidade entre seus itens e a máxima descrição e utilização dos detalhes das obras.

<sup>15</sup>Segundo Lago (2009, p. 19) a (Classificação Decimal Dewey- CDD) foi a primeira classificação propriamente dita a utilizar um sistema decimal representado por números arábicos de 0 a 9. Foi criada em 1876, por Melvin Dewey, publicada anonimamente com o título: *A classification and subject index for catalog in gandar ranning the books and pamphlets of a library*. Após a 16ª edição, recebeu o nome CDD.

<sup>16</sup>Para verificar, livros já catalogados e classificados na BN, deve-se, acessar o site: [www.bn.br](http://www.bn.br). No menu escolher a opção – catálogos e efetuar a busca no campo apropriado.

<sup>17</sup>Adotada no Brasil pelo código de catalogação Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2), a ficha catalográfica é um conjunto de dados sistematicamente ordenados, que traz a descrição física e temática do trabalho, é um elemento obrigatório segundo a NBR 14724/2005. Deve ser impressa no verso da página de rosto, na parte inferior da folha, com o tamanho padrão de 7,5 cm X 12,5 cm. Os pontos de acesso correspondem aos dados que os usuários utilizarão para consulta da representação do item, já os dados de localização permitem ao usuário procurar o item no acervo.

Observado os cadernos de catálogos da sala de leitura da Penitenciária, verificamos que a organização e catalogação foram separadas pelos seguintes temas: 1. Religião; 2. Ficção – suspense – variados; 3. Literatura infanto-juvenil; 4. Línguas – políticas – história; 5. Variedades; 6. Literatura Universal; 7. Contos – crônicas – poesia; 8. Romance; 9. Saúde – autoajuda – psicologia; 10. Biografias e histórias; 11. Variedades II; 12. Miscelânea; 13. Miscelânea II; 14. Jurídicos.

Comparando as dez classes de assuntos distribuídos pelo ponto de vista catalográfico exposto na figura 8 anteposto, percebemos que existe uma distância entre o que propõe a organização catalográfica e a organização feita pelo apenado responsável pela sala de leitura. Essa distância se justifica pelo fato do apenado não conhecer as normas de catalogação, mas conseguiu organizar os livros para melhor manuseio nesse espaço. Podemos afirmar que os livros foram organizados de acordo com o conhecimento de mundo de quem o fez e, para a sistematização do espaço, tornando-se uma organização fluida.

Voltando à análise da figura 7, vemos que o número 2 corresponde à classe de assunto (Ficção – suspense – variados) dentre as categorias adotadas. Considerando a notação CDD, podemos dizer que, levando em conta a classe de assunto, “ficção e suspense” poderiam estar relacionados ao índice Literatura, e “variados”, a Assuntos gerais.

Observamos, de acordo com a ordenação feita nesta biblioteca/sala de leitura, os itens doze e treze denominados respectivamente de Miscelânea e Miscelânea II. Com a ressalva que este tema não está presente em nenhuma norma de classificação, notemos que, de acordo com o dicionário Aurélio (2018), miscelânea é um substantivo feminino que significa: “Mistura, compilação de peças literárias ou científicas” ou “Coletânea de estudos sobre determinada especialidade, redigidos por vários autores em homenagem a alguém”. Vejamos, a seguir uma parte do livro de catalogação da unidade que reúne as obras denominadas “miscelânea”.

### **Figura 9: Livro de catalogação 2**

Destinatário	Recebe	Nº	DISCRIMINAÇÃO
MIS	AFRO		
Destinatário	Por ENRICO FUND. II	Nº 152	
RECEBIDO em	21/06/16		Comhecendo a cultura Africana.
	1536		ed. MEL
Destinatário	Por BALTASAR GROSCHM	Nº 151	
RECEBIDO em	21/06/16		ESTRATEGIAS - oráculos Filosóficos
	1537		ed. MARTIM CLARET
Destinatário	Por A Mulher de Trinta Anos	Nº 174	
RECEBIDO em	21/06/16		Romance
	1538		ed. MARTIM CLARET
Destinatário	Por Alice no País das Maravilhas	Nº 145	
RECEBIDO em	21/06/16		Romance clássico
	1539		ed. MARTIM CLARET
Destinatário	Por A Metamorphose um Actista da Ponte Carta a meu Pai	Nº 126	
RECEBIDO em	21/06/16		FRANZ KAFKA
	1540		Prosa ed. MARTIM CLARET
MIS 71	AMOR Líquido.		
Destinatário	Por ZYG MUMI BAUMANN	Nº 170	
RECEBIDO em	21/06/16		Relacionamentos
	1541		ed. VZB.
Destinatário	Por Entre Ossos e a Escrita	Nº 158	
RECEBIDO em	21/06/16		Crônicas
	1542		ed. Agir
Destinatário	Por Quando um sonho te Contagiar	Nº 166	
RECEBIDO em	21/06/16		Biografia.
	1543		ed. EUREKA.
Destinatário	Por Outros Olhares na Literatura	Nº 224	
RECEBIDO em	21/06/16		crítica literária.
	1544		ed. Sebo Cultural
Destinatário	Por O Mestre do Amor	Nº	
RECEBIDO em	21/06/16		Ampliação da inteligência de Jesus Cristo.
	1545		ed. Academia de Inteligência

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

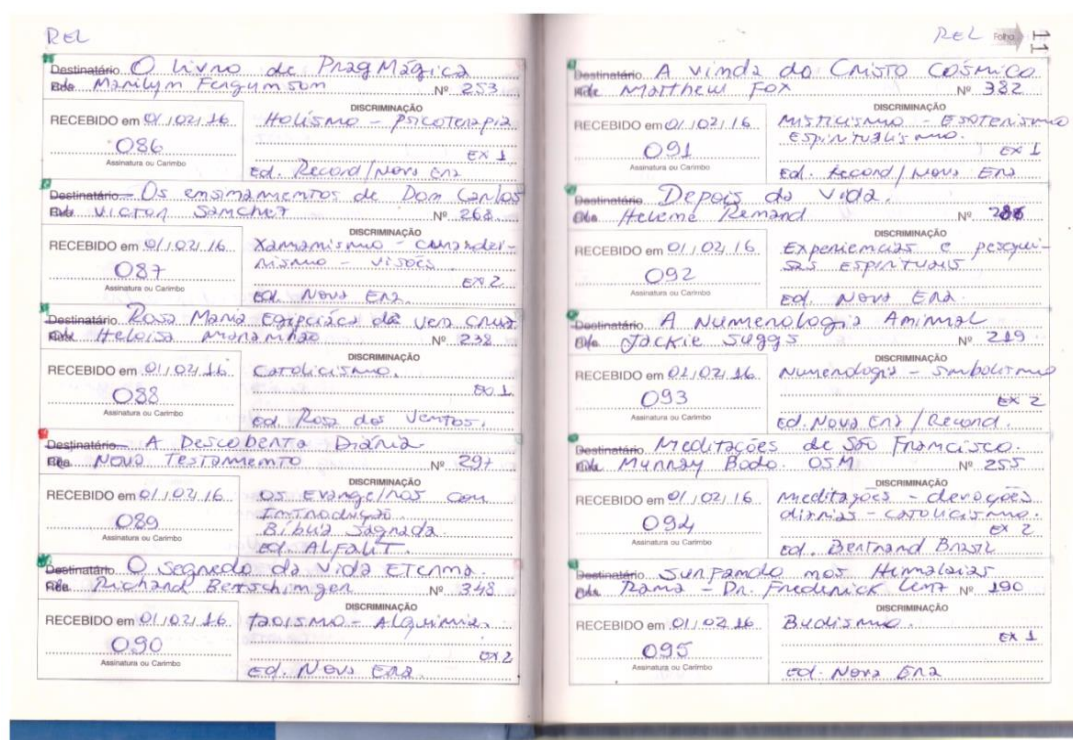
Como podemos verificar, na imagem acima, as obras estão misturadas: encontramos obras sobre diferentes temas e sobre o que a tabela de classificação decimal de Dewey denomina assuntos gerais ou generalidades. Vejamos que o primeiro livro catalogado nessa imagem traz o título “afro” e ainda há a informação de que se trata de um livro do ensino fundamental que apresenta a cultura africana. Provavelmente, não sabendo onde inserir esta obra, o organizador a inseriu neste tema geral criado por ele – miscelânea, conforme indicam as siglas, na margem superior, esquerda e direita. De acordo com a classificação decimal de Dewey, provavelmente esta obra estaria inserida em Assuntos gerais ou Ciências sociais, contudo, como não tivemos acesso ao livro, não podemos precisar.

Outra observação relevante nesta figura, denominada com a temática Miscelânea, é a inclusão da obra Alice nos país das maravilhas, de Lewis Carroll, na categoria “miscelânea”, quando o próprio organizador do catálogo o classifica como romance clássico. Se observarmos, ainda, que o organizador também inclui na categoria Miscelânea a obra o Amor

líquido, de Zigmunt Bauman, veremos realmente que ocorre uma “mistura” de gênero principalmente se considerarmos a descrição que é apresentada, nessa mesma imagem, para esse livro: “relacionamentos”. Nesse sentido, por um lado, este organizador parece colocar tudo que não se encaixava nas outras áreas em Miscelânea; por outro, revela ter um conhecimento superficial das obras. Se considerarmos que uma das funções do catálogo é direcionar o leitor ao livro, não saberíamos dizer se os leitores conseguiriam chegar a tais obras através da orientação desta temática miscelânea.

De acordo com a Classificação Decimal de Dewey, a categoria 200 é utilizada para agrupar obras consideradas religiosas. Veremos a seguir uma imagem do livro de catalogação do espaço Sala de leitura/biblioteca em que essa categoria foi utilizada. O que, mais uma vez, não podemos precisar são os critérios utilizados pelo organizador para associar as obras catalogadas a esta temática.

**Figura 10: Livro de catalogação 3**



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Vejam os que, na parte superior direita da imagem, está escrito “Rel” que corresponde a “livros religiosos”. Nessa página, o apenado/organizador da catalogação distribui diferentes obras e as caracteriza a partir de palavras-chave espirituais e/ou religiosas as quais são enquadradas nessa denominação “Rel (livros religiosos)”. Observemos a primeira referência dessa figura 10: “O livro de pragmática”, de Marilyn Ferguson. Abaixo do título do livro e

do autor da obra, estão grafadas as palavras “holísmo – psicoterapia” que permitem identificar as características da obra e justificar o fato de ela estar inserida na temática religiosa. Importante atentar para esses dois vocábulos mencionados e seus respectivos significados. Para compreendermos um pouco sobre esses termos mencionados acima, buscaremos uma breve compreensão do significado de holísmo. Conforme explícita Júnior (2010, p. 32), a espiritualidade holística caracteriza-se por procurar a:

[...] busca de identidade e significado para a vida, um movimento interior. Ao contrário da religião, é uma questão de qualidade íntima, de relacionamento do indivíduo com o cosmos. Não exige um local específico para prática ou exercício, nem um corpo sacerdotal.

Pelo que foi exposto, podemos perceber que o holísmo apresenta características espirituais e terapêuticas, marcadas pela busca do ser humano pelo autoconhecimento, contudo, não é considerado uma religião. Já a menção à psicoterapia nos remete a questões relacionadas à mente e a problemas psicológicos. Portanto, identificamos que o organizador mistura tudo que está relacionado ao universo místico, espiritual, e caracteriza tudo como livros religiosos.

A obra identificada pelo número 89 (conforme exposto na página 10), denominada “A Descoberta Diária – Novo Testamento”, é descrita pelo organizador a partir da seguinte caracterização: “o evangelho com introdução – bíblia sagrada”. Notemos que são informações amplas para identificar esta obra. O leitor poderia ficar em dúvida quanto a essa indicação. Seria a bíblia sagrada inteira, ou apenas os evangelhos? O que seria o evangelho com introdução? Seria uma introdução feita pelo autor do livro? Enfim, essas respostas só poderão ser respondidas com o acesso ao livro. Apesar dessas incertezas, a obra citada apresenta uma relação mais próxima com a temática descrita pelo organizador, livros religiosos, que a obra anterior.

Outra obra “mística” intitulada “A numerologia animal”, de Jackie Suggs, é descrita como possuindo as seguintes características: “numerologia e simbolismo”. Conforme mencionamos acima, podemos perceber que ele mistura todas as obras consideradas por ele como religiosas. Nessa perspectiva, podemos concluir que esse sujeito compreende todo esse universo espiritual, sobrenatural e místico como religião.

Outro elemento importante identificado nesses livros de catalogação é uma parte separada pelo organizador para as obras que “serviriam” para a escrita da resenha que resulta na remição de pena. Conforme já explicitamos, a remição de pena por leitura é apenas um ato

normativo e ainda não tem força de lei. Sendo assim, ela pode ser aceita ou não pelo juiz da vara das execuções penais, podendo variar em diferentes comarcas. Como ainda é um ato normativo, não existem tantas especificações com relação às normas que discorrem sobre a remição de pena. Sabemos, contudo, que as resenhas dos livros lidos devem ser escritas pelos apenados e avaliadas pelo(s) professor(s) responsável pelo projeto na unidade prisional. Em seguida, deve acontecer uma sustentação oral por quem a escreveu para comprovar que esta leitura foi realizada por este mesmo sujeito que escreveu a resenha. Essa sustentação oral pode ser acompanhada por um professor responsável, funcionário do sistema prisional responsável pela ressocialização ou educação da unidade, ou até mesmo pela direção da unidade.

Apesar dessas orientações quanto à avaliação das resenhas, ainda não existe uma orientação ou uma lista dos livros que podem ser “úteis” ou não para a elaboração dessas resenhas. Adiantando-se a essa ausência da lei, o apenado organizador do catálogo, elenca algumas obras para a remição de pena por leitura. Vejamos essa indicação na imagem 11, a seguir.

Figura 11: Livro de catalogação 4

NOVA		- TÍTULOS para Remição por LEITURA - - ABRA - AUTORES BRASILEIROS	
Destinatário: <u>OPONCA na Cabeça</u> Rua: <u>D. José Gomes</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>romance - Novela Bras</u>	Destinatário: <u>NÃO há NOITE TÃO LONGA</u> Rua: <u>Roberto Amaral</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Romance Brasileiro</u>
RECEBIDO em <u>19.10.16</u> 596 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>183</u> ed. <u>Civ. Brasileira</u>	RECEBIDO em <u>22.07.16</u> 601 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>382</u> ed. <u>Record</u>
Destinatário: <u>O Diário de David Sierakowski</u> Rua: <u>Adam Ackelson</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>II Guerra Mundial</u>	Destinatário: <u>CONTOS de Apreensão</u> Rua: <u>Carlos Drummond de Andrade</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Conto Brasileiro</u>
RECEBIDO em <u>19.10.16</u> 597 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>334</u> ed. <u>Record</u>	RECEBIDO em <u>22.02.16</u> 602 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>189</u> ed. <u>Civ. Brasileira</u>
Destinatário: <u>POA ANA</u> Rua: <u>SUB. MILLER</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Romance</u>	Destinatário: <u>Arariboia - O Cabro do Tempete</u> Rua: <u>Luiz Carlos Lessa</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Romance - Fregô</u>
RECEBIDO em <u>19.10.16</u> 598 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>397</u> ed. <u>Bertand Brasil</u>	RECEBIDO em <u>22.02.16</u> 603 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>128</u> ed. <u>Jose Olympio</u>
Destinatário: <u>O povo sabe o que diz</u> Rua: <u>Imago de Melko</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>colômbia de Prando</u>	Destinatário: <u>Aleluia da Fronteira</u> Rua: <u>Elisa Lijpector</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Romance Brasileiro</u>
RECEBIDO em <u>19.10.16</u> 599 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>124</u> ed. <u>Civ. Brasileira</u>	RECEBIDO em <u>22.02.16</u> 604 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>102</u> ed. <u>Jose Olympio</u>
Destinatário: <u>Um Historiador Dileitante</u> Rua: <u>Philippe Arns</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Biografia - Astronomia</u>	Destinatário: <u>O capitão de longo curso</u> Rua: <u>Jorge Amado</u>	DISCRIMINAÇÃO <u>Romance Brasileiro</u>
RECEBIDO em <u>19.10.16</u> 600 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>913</u> ed. <u>Bertand Brasil</u>	RECEBIDO em <u>22.10.16</u> 605 Assinatura ou Carimbo	Nº. <u>312</u> ed. <u>Record</u>

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Não podemos precisar os motivos pelos quais o organizador sistematizou essa indicação ou mesmo quais foram os critérios que ele utilizou para unir essas obras e encaminhá-las para a escrita das resenhas. Também não sabemos se ele teve acesso a alguma lista relacionada aos critérios dessa escrita, especificamente, com relação às obras que deveriam ser lidas. O que podemos precisar é que, na já mencionada Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), não existe nenhuma observação com relação à indicação de obras que devem ser lidas para a escrita das resenhas.

No capítulo seguinte, buscaremos nos aprofundar um pouco mais sobre este acervo e a movimentação de empréstimos dos livros, quais livros são mais procurados e a quantidade de livros lidos por alguns apenados, para conhecermos um pouco mais sobre as práticas leitoras desse espaço.

#### **4 SOBRE LEITORES E PRÁTICAS LEITORAS NA BIBLIOTECA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO**

Nos capítulos anteriores, conhecemos um pouco sobre o universo, ainda tão desconhecido pela nossa sociedade, do sistema carcerário, e como essa estrutura se organiza em nosso país e em nosso estado. Descrevemos a constituição da biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto; conhecemos como ela se estruturou, como funciona e apresentamos alguns elementos que fomentam ou mesmo atrapalham a atividade leitora presente neste espaço de privação de liberdade. Também identificamos como foi feita a catalogação das obras que fazem parte do acervo da Unidade e conhecemos um pouco da organização deste espaço de leitura inserido em um contexto prisional.

Como já expusemos, existem alguns problemas que prejudicam a efetivação da leitura nesse espaço, no entanto, ela acontece. Através de alguns diálogos estabelecidos em nossas visitas à unidade estudada, um apenado<sup>18</sup> que fazia parte do projeto Clube da Leitura desenvolvido dentro da unidade prisional revelou que já tinha lido dezenove obras, e que estava encarcerado há pouco mais de seis meses. Demonstrando certo orgulho em falar sobre isso, ele ainda complementou a informação dizendo que, durante esse pouco tempo em que estava aprisionado, tinha lido mais do que já leu a vida inteira. Manguel (1997, p. 177), ao falar sobre leitura na intimidade, afirma: “[...] o que acontecia, acontecia no livro, e eu era o narrador. A vida acontecia porque eu virava as páginas.” A partir do relato do apenado, podemos perceber a importância da leitura para os que estão inseridos em um contexto de privação de liberdade, principalmente porque o objeto livro exerce fascínio e conduz o leitor a outros espaços, podendo, portanto, exercer o papel de uma excelente companhia para as pessoas que estão aprisionadas. Em outras palavras, este instrumento pode desempenhar várias funções nesse ambiente de encarceramento, inclusive proporcionar a sensação de liberdade a estes sujeitos, podendo levá-los a percorrer lugares diferentes, e, por alguns momentos, pode “transportar” estes sujeitos para fora do ambiente em que estão inseridos.

Além de “fazer companhia” ou despertar sensação de liberdade, o contato com a leitura pode levá-los a conhecer melhor sua realidade, pode modificar sua forma de pensar e de agir. Como diz Manguel (1997, p. 315) “Quem é capaz de ler uma frase é capaz de ler todas. Mais importante: esse leitor tem agora a possibilidade de refletir sobre a frase, de agir sobre ela, de lhe dar significado.” A leitura pode formar e informar dentro deste contexto de aprisionamento e distanciamento do mundo exterior. Infelizmente essa formação torna-se

---

<sup>18</sup> Esse apenado relatou que tinha curso superior, bacharel em direito.

temida, já que nem todos os livros podem ser lidos. Há proibição, por exemplo, quanto ao acesso aos livros jurídicos, fato que já mencionamos e ao qual voltaremos no item seguinte. Manguel afirma que “[...] quem lê uma frase é capaz de ler todas”, podemos pensar que, inclusive, as que estão além dos livros. O apenado que foi citado como exemplo informou que é bacharel em direito, certamente, pode compreender melhor a linguagem jurídica e assim buscar assegurar seus direitos enquanto cidadão privado de liberdade. Lamentavelmente, uma grande parcela da população – e não apenas aqueles que estão privados de liberdade – desconhece os seus direitos básicos. A leitura poderia assumir, nesse contexto, uma função formadora e informadora.

#### **4.1 A leitura como prática para ressocialização e remição de pena**

Ao analisarmos os livros de catalogação e de empréstimo, pudemos perceber que uma temática não era disponibilizada aos apenados/leitores, os livros jurídicos. Essa informação foi confirmada pelo responsável pela biblioteca - GS, que justificou afirmando que esta era uma ordem da direção. Barthes (1984, p. 34), ao falar sobre recalçamento da leitura, menciona a biblioteca. Pondo em foco o desejo de ler, ele afirma que “[...] a biblioteca é o espaço dos substitutos do desejo”. Ou seja, o sujeito leitor quando chega em uma biblioteca pode se deparar com uma grande quantidade de livros, mas pode não encontrar os livros que deseja ler, tendo que substituir por outro livro.

No caso da biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, os leitores, além de serem privados do contato com os livros jurídicos, como citamos acima, não podem adentrar ao espaço da biblioteca/ sala de leitura para escolher as obras que gostariam de ler. Sendo a biblioteca o espaço “dos substitutos do desejo”, como afirma Barthes (1984), poderíamos pensar que isto acontece duas vezes na Biblioteca/sala de leitura desta unidade prisional, pois, além da limitação do acervo deste espaço, o leitor está limitado a ler somente o que o responsável pelo espaço apresenta a ele. Sendo assim, o desejo de ler determinada obra, até desconhecida pelo próprio leitor, é substituído por outra obra.

A ressocialização, o ato de ressocializar ou simplesmente reintegrar um cidadão novamente ao convívio social, tem (ou deveria ter) como propósito a reeducação do detento e a oferta de condições básicas para seu retorno à sociedade. Neste sentido, o cumprimento da pena apresenta uma nova finalidade, um modelo que aponta que não basta castigar o indivíduo, mas orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efetiva, evitando com isso a reincidência do delito.

Como apresenta Foucault (2014, p. 105), a aplicação da pena deveria contribuir para a construção de um corpo adestrado: “[...] contra uma má paixão, um bom hábito; contra uma força, outra força; mas o importante é a força da sensibilidade e da paixão, não as do poder com suas armas.” Seguindo esse mesmo raciocínio, poderíamos dizer: contra os discursos proferidos no interior das celas, dos pátios e pavilhões, a inserção da leitura como forma de ressocialização.

É importante registrar que a maior parte dos apenados que faz uso do acervo da biblioteca, além de estar matriculado na escola, participa de algum projeto relacionado à leitura, conforme menciona o agente penitenciário. O projeto “Clube da leitura” na Penitenciária Desembargador Silvio Porto, por exemplo, começou a ser pensado a partir do ato normativo que fala sobre a remição de pena pela leitura, o qual já mencionamos anteriormente. Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2016), no artigo que trata sobre a remição de pena por leitura, é necessária a constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva.

Segundo relato do agente responsável pelo setor de ressocialização da unidade – BC, a Gerência do Sistema Penitenciário da Paraíba (GESIPE) e a juíza da vara das execuções penais convocaram reunião com todos os professores de língua portuguesa do sistema prisional inseridos na gerência da cidade de João Pessoa, para a elaboração de um projeto que viesse a contemplar a proposta do ato normativo. No entanto, o projeto efetivamente se concretizou a partir da proposta de criação do “Clube da leitura”, iniciado nos meses de maio de 2016, que partiu de uma professora voluntária.

Nos encontros que acontecem semanalmente, ocorrem discussões das obras lidas, e também são ministradas algumas oficinas direcionadas à leitura e à produção de texto. Utilizando um livro a cada trinta dias, durante os encontros, os apenados falam sobre as obras e escrevem uma resenha do livro (utilizada para remição da pena por leitura), que é avaliada pela professora e enviada à juíza da vara das execuções penais.

Como conhecemos o projeto Clube da Leitura, podemos afirmar que a proposta de criação desse projeto intencionou, primeiramente, orientar os leitores à prática da leitura e ao desenvolvimento do hábito de ler. Em decorrência, passou também a colaborar com o processo de ressocialização e a remição de pena através da leitura. Neste contexto, podemos assinalar a relevância do que Giardinelli (2010) chamou de mediadores da leitura na formação de leitores. O autor justifica que

[...] falta capacitar os mediadores de leitura. Ou seja, pais e docentes. E por isso todas as campanhas, públicas e privadas, estão pondo cada vez mais ênfase em capacitar mediadores, que são os que transmitem às crianças e aos jovens a paixão pela leitura, pela literatura e pelo conhecimento. Se ninguém recomenda livros com mais eficiência que um bom leitor, os mediadores são os que mais eficientemente promovem a leitura. E se também o fazem com entusiasmo e sinceridade, isso se nota imediatamente [...] (GIARDINELLI, 2010, p. 35)

Neste caso específico, o papel do mediador torna-se ainda mais relevante se considerarmos que ele lidará com leitores adultos inseridos em um espaço de clausura, onde as falas e os discursos estão bem longe de serem considerados literários. Sendo assim, o mediador de leitura, especificamente no projeto “Clube da leitura”, precisaria conquistar ou incentivar o apenado para o aproveitamento do momento da leitura da unidade. Essa não é uma tarefa fácil.

Além da escassez de profissionais que exerçam o papel de professor, instrutor, incentivador, entre outros, não existe, na sala de leitura/biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, um profissional que direcione os apenados para leitura ou que tenha, conforme já afirmamos, um conhecimento que o permita fazer a catalogação correta dos livros. Contudo, na ausência desse profissional, coube a um apenado “improvisar” um sistema de catalogação e organizar o acervo desse espaço.

A seguir, buscaremos, através do livro de empréstimos da biblioteca/sala de leitura, conhecer quantos leitores fazem uso desse espaço, quais são os apenados/ leitores mais frequentes e quais são os temas e as obras mais procuradas. Ressaltamos que esta parte da pesquisa será pautada pelo livro de catalogação e de empréstimos do local estudado.

## **4.2 Leitores e obras mais lidas**

Como já apontamos no decorrer da pesquisa, o espaço de leitura desta unidade prisional só pode ser frequentado pelos apenados que estão matriculados na escola, os que participam dos projetos desenvolvidos na unidade ou, ainda, por aqueles que conseguem uma autorização da direção para retirada dos livros<sup>19</sup>. Sendo assim, conforme já afirmamos, consideramos esta a primeira restrição imposta aos leitores que estão privados de liberdade na Penitenciária Desembargador Silvio Porto.

---

<sup>19</sup> Os apenados que trabalham na unidade, mas que não participam da escola ou dos projetos relacionados a ela.

Outra situação de restrição que também já foi mencionada é o fato dos apenados/leitores não terem acesso livre ao acervo, visto que não podem entrar na biblioteca/sala de leitura e escolher o livro que gostariam de utilizar. Não podem ler o título, sua capa, o prefácio, antes da seleção feita pelo responsável pela biblioteca que escolhe quais livros oferecer. Manguel (1997) ressalta a importância da “aparência” geral do livro para a escolha do leitor no momento em que estabelece o primeiro contato com este objeto. Sobre essa questão, o autor comenta:

Os livros declaram-se por meio de seus títulos, seus autores, seus lugares, num catálogo ou numa estante, pelas ilustrações em suas capas, declaram-se também pelo tamanho. Em diferentes momentos e em diferentes lugares, acontece de eu esperar que certos livros tenham determinada aparência, e, como ocorre com todas as formas, esses traços cambiantes fixam uma qualidade precisa para a definição do livro. Julgo um livro por sua capa, julgo um livro por sua forma. (MANGUEL, 1997, p. 149)

Notemos que limitar o acesso à biblioteca/sala de leitura e ao manuseio dos livros a esses apenados é limitar seu contato com este mágico universo de títulos, ilustrações, sinopses, tamanhos, cheiros que permitem um primeiro julgamento por parte do leitor. Essa restrição, barrar a entrada do apenado ao espaço, impossibilita uma avaliação previa do próprio leitor, tolhe sua imaginação e, limita sua “viagem a terras alheias”, como considera De Certeau (1994).

O acervo da Biblioteca/ sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, à época da pesquisa, continha 2187 livros catalogados. Conforme já expusemos, esse acervo foi dividido em temas selecionados pelo apenado responsável pela biblioteca e que fez a catalogação “artesanal” deste acervo.

Para que possamos compreender alguns dados expostos no livro de empréstimos da penitenciária Desembargador Silvio Porto, é necessário conhecer um pouco da organização interna do espaço. A unidade comporta dez pavilhões numerados e três que possuem a denominação “H”. Esses “H”, pelo que foi explicado pelo agente responsável pela ressocialização, é um pavimento isolado dos outros pavilhões e abriga os apenados que apresentam algum problema de saúde, como tuberculose, hanseníase, ou aids.

É preciso também informar que todos os livros catalogados nesse espaço contêm na contracapa um cartão de controle utilizado para “orientar” o apenado/leitor e o apenado/responsável pela biblioteca/sala de leitura com relação a data da entrega do livro. No momento da pesquisa, os apenados que realizassem o serviço de empréstimo poderiam



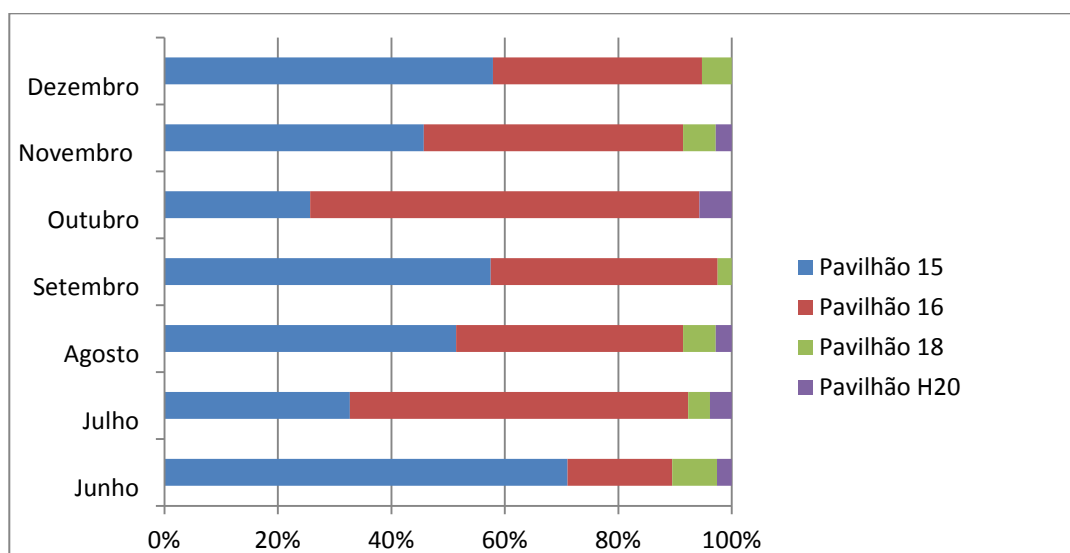
responsável pela biblioteca informou que, muitas vezes, os livros que são emprestados são rasgados para o consumo de drogas, como maconha ou crack. Sendo assim, eles precisam fazer uma breve observação com relação ao quantitativo de páginas.

Ainda com relação a esse “uso” do livro para consumo de drogas, o responsável disse que já verificou a presença de maconha entre as folhas do livro, fato que poderia prejudicá-lo dentro da unidade prisional. Ele poderia ser responsabilizado pelas drogas que estavam escondidas dentro do livro. Ele ainda explicou que esse fato deve ter ocorrido por causa de alguma revista nos pavilhões: certamente, o apenado achou que o objeto livro não levantaria suspeita entre os agentes. Infelizmente, temos que pontuar que o objeto livro também possui esta finalidade nesse espaço.

Além dessas informações mencionadas, também encontram-se, no cartão de controle, informações que nos permitiram identificar os leitores (nome, pavilhão) e verificar o período dos empréstimos (saída e devolução).

Ao fazer um levantamento no caderno de empréstimo da biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, observamos que 395 livros foram emprestados aos apenados, durante o período de junho a dezembro de 2016. Um fato interessante que chamou nossa atenção foi o predomínio dos pavilhões 15 e 16 no caderno de empréstimo, conforme ilustraremos no gráfico a seguir:

**Quadro 1: Distribuição de empréstimos por pavilhões**



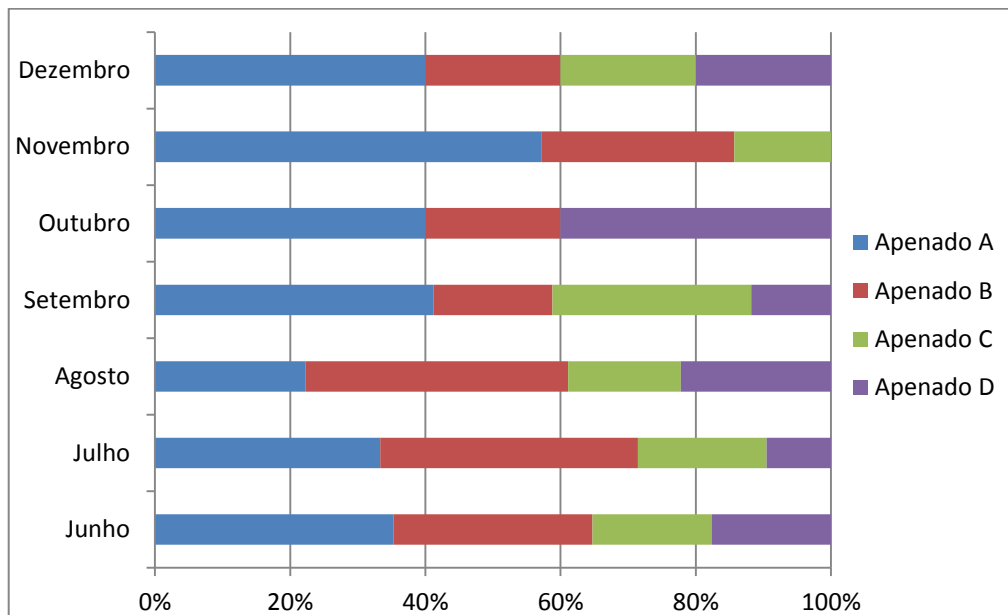
Fonte: Elaboração própria a partir dos cadernos de empréstimos

Durante o período da pesquisa, verificamos que os apenados do pavilhão 15 realizaram 121 empréstimos e os apenados do 16 realizaram 151. Por isso, fomos conhecer um pouco mais desses pavilhões e obtivemos informações que podem explicar esses dados.

De acordo com BC, o agente responsável pela ressocialização, é no pavilhão 15 onde estão recolhidos os trabalhadores da penitenciária. Estes têm menos restrições com relação à circulação nas dependências da unidade e alguns deles frequentam a escola e os projetos realizados pela unidade. Além disso, o pavilhão 16 é considerado um pavilhão seguro por não pertencer a nenhuma facção. Com relação à ausência dos apenados do pavilhão 17, nesse gráfico, o agente BC, responsável pela ressocialização, informou que esses apenados não participam da escola nem de nenhuma atividade da unidade porque o líder da facção não permite a saída deles do pavilhão<sup>21</sup>.

Ainda a partir das observações feitas no livro de empréstimos da Biblioteca/ sala de leitura, conseguimos identificar quatro apenados que utilizaram o serviço de empréstimos de forma recorrente. A seguir, apresentamos um gráfico que ilustra o percentual dos empréstimos realizados por esses apenados que denominamos de A, B, C e D.

**Quadro 2: Percentual de empréstimos de leitores mais assíduos**



O apenado/leitor A está recolhido no pavilhão H20. Segundo informações obtidas com o apenado/responsável, ele não participa da escola nem das atividades da unidade, mas

<sup>21</sup> É importante ressaltar que essas foram informações colhidas após a entrevista concedida pelo agente, visto que, à medida que os dados da pesquisa estavam sendo analisados, algumas perguntas foram surgindo e, gradativamente, sendo respondidas pelo referido agente.

conseguiu com o diretor uma autorização para retirar os livros da biblioteca/ sala de leitura. O apenado A, de acordo com o levantamento feito entre os meses junho e dezembro de 2016, pegou emprestados 37 livros. De acordo com o apenado/ responsável pela biblioteca - GS, esse apenado é considerado pelos outros presos como a pessoa que mais lê na penitenciária, devido à velocidade com que ele recebe e devolve os livros na biblioteca/sala de leitura.

Dentre as obras lidas pelo apenado A, podemos listar algumas e tentar conhecer um pouco deste leitor. Para tanto, apresentaremos alguns livros emprestados a este apenado e suas características e acrescentaremos a classificação do livro, de acordo com o que foi construído na organização desta biblioteca/sala de leitura.

A primeira obra identifica foi A amante de Freud, de Karen Mack, catalogada como miscelânea II. A obra conta a história da cunhada de Freud que se apaixona por ele e pelas suas teorias de relacionamento. Outra obra lida por este apenado é um clássico da nossa literatura romântica, Lucíola, de José de Alencar, catalogado como literatura brasileira. Este livro narra o romance entre Paulo e Lúcia, cortesã do Rio de Janeiro. A obra, Decadência, do escritor brasileiro Dias Gomes, catalogado como títulos para a remição por leitura foi outra obra lida pelo apenado A. A obra, A porta, da autora Heloisa Seixas, livro de literatura e ficção, catalogado como ficção. A obra Doze pistas falsas, de Jeffrey Archer, livro que foi catalogado como romance, narra doze contos em que o autor apresenta homens e mulheres que são colocados à prova sob pressão. Outras obras de leitura do Apenado A: Proteu, do autor Morris West, catalogada como ficção; Não olhe para trás, de Diana Stainforth, catalogado como romance; Rio dos Morcegos, do autor Heriberto sales, um romance que foi catalogado como ficção; O violoncelo verde, de Denise Emmer, catalogado como romance; ; O berro do cordeiro em Nova York, de Tereza Albues, catalogado como romance; Cidade do sol, de Kaled Hosseim, catalogado como miscelânea II. Além desses, também destacamos: Entre os ossos e a escrita, de Maitê Proença, em cujo livro a autora apresenta alguns contos e crônicas sobre as memórias de um passado distante, a sabedoria, as dores e a indignação de uma mulher comum, foi catalogado como miscelânea; A cruz de Santo André, de Camilo José Cela que traz três monólogos femininos, narrando a decadência de várias pessoas influenciadas por uma seita, catalogado como literatura universal; A bicicleta azul de Regina Deforges, um romance épico francês, catalogado como literatura universal; O sorriso do diabo, de Regina Deforges, da mesma escritora de A bicicleta azul, também um romance épico francês, catalogado como literatura universal; Incidente em antares, do autor Érico Veríssimo, catalogado como literatura universal.

Podemos identificar que este apenado apresenta uma preferência por dois gêneros, romance e ficção. Também encontramos entre as obras lidas por ele, alguns autores estrangeiros, sendo catalogado pelo organizador do espaço como literatura universal. Ao apresentar um pouco de algumas obras lidas por este apenado, podemos identificar outras características, como, o interesse por livros longos e com uma linguagem complexa, e faz isso de forma muito rápida, considerando que lia em torno de cinco livros por mês. Também podemos perceber o interesse em histórias misteriosas e dramáticas, que tenham um enredo que prenda sua atenção.

Infelizmente, não chegamos a conversar com o apenado A para sabermos se essas leituras foram orientadas, se ele já conhecia esses livros, enfim, quais foram os caminhos que o levaram a essas obras. Lembramos, contudo, que, nesta unidade prisional, o apenado não pode adentrar ao espaço da biblioteca/sala de leitura e escolher o livro que gostaria de ler. Assim, ficamos a imaginar como ele narrou suas preferências para o apenado/ responsável e conseguiu chegar até essas obras. Se ele buscou esses livros ou foram os livros que o encontraram. Também não podemos precisar se o desenvolvimento dessa habilidade da leitura tenha acontecido antes ou depois da entrada na prisão. Podemos apenas concluir que o apenado A é um leitor assíduo e, de acordo com a classificação feita pela biblioteca/sala de leitura, lê, predominantemente, literatura universal, ficção e romance.

O apenado/leitor B está recolhido no pavilhão 16 e, da mesma forma que o apenado A, não participa das atividades da unidade ou da escola. Isso leva-nos a pensar que o fato de estar participando de quaisquer atividades educacionais da unidade não é uma predisposição para a prática da leitura desses sujeitos. Durante o período da pesquisa (junho/ 2016 a dezembro/2016), este sujeito pegou emprestados 30 livros na biblioteca/sala da leitura, dentre os quais, listaremos alguns e suas características, para, assim como procuramos conhecer o apenado A, buscaremos conhecer um pouco sobre esse outro apenado/ leitor B, sujeito assíduo desse espaço pesquisado.

Como já dito anteriormente, não tivemos contato com esses apenados/ leitores, nem acesso a informações pessoais. Contudo, soubemos por intermédio do apenado GS responsável pelo espaço que este sujeito já é uma pessoa idosa e se autodenomina anarquista.

Dentre as obras lidas pelo apenado B, podemos destacar a obra Cesar Cascabel, do autor Julio Verne, catalogado como miscelânea. Outra obra é Os caçadores de mamute, Jean M. Auel, que, na verdade, trata-se de uma série e essa obra é o seu terceiro volume, catalogado como romance. A obra, Os falsos mitos, do autor Dias Gomes, catalogado como títulos para a remição por leitura. Outra obra lida por este apenado foi O príncipe das trevas,

de Jean Plaidy que narra as aventuras da realeza envolvida em tramas para a conquista do poder. Trata-se também de uma série e essa obra é seu quarto volume que foi catalogado como romance. A obra *O oportunista*, de Piers Paul Read, catalogado como literatura universal. A obra *As viagens de Marco Polo*, de Ana Maria Machado, literatura infantil que apresenta uma linguagem acessível ao público jovem, é uma adaptação em português de um clássico da literatura italiana e foi catalogado como variedades I. A obra, *Honra entre ladrões*, do autor Jeffrey Brown catalogado como variedades II.

Podemos identificar que O apenado/leitor B apresenta um interesse por séries, no entanto, não identificamos a leitura de todos os volumes destas séries. Quando recorremos ao livro de catalogação da biblioteca, verificamos que nenhum dos livros escritos em série possui os volumes completos. De qualquer modo, podemos afirmar que este apenado buscou livros extensos e com linguagem complexas, com a exceção da obra de Ana Maria Machado, *As viagens de Marco Polo*. Ele leu em torno de quatro livros ao mês e realizou mais empréstimos catalogados pelo organizador do espaço como variedade e miscelânea.

O apenado/leitor C fez o empréstimo de 19 livros, durante o período da pesquisa. Ele pertence ao pavilhão 15 da unidade pesquisada, é trabalhador da unidade prisional e participa do projeto Clube de leitura, conforme informações fornecidas pelo agente responsável pela ressocialização – BC. Dentre os livros lidos pelo apenado C, também listaremos alguns e sua classificação de acordo com a organização feita pelo apenado/ organizador da biblioteca.

A obra, *Menino de Engenho*, do escritor paraibano José Lins do Rego, trata-se do primeiro romance do ciclo da cana-de-açúcar, catalogado como biografia e histórias. A obra *Cangaceiros*, também de José Lins do Rego, um romance que narra a história de homens e mulheres que lutam para sobreviver no sertão, retrata a brutalidade do cangaço e como as pessoas são empurradas a seguir esse caminho, catalogado como biografia e histórias. A obra, *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, trata-se de um romance regionalista que apresenta os horrores gerados pela seca e a brutalidade dos senhores de engenho, catalogado como biografia e histórias. Outra obra foi *Riacho Doce*, de José Lins do Rego, o autor apresenta nessa obra uma visão acerca dos desequilíbrios sociais e dos dramas humanos, individuais e coletivos, foi catalogado como biografia e histórias. A obra *João Pedro Teixeira – mártir do latifúndio*, catalogado como biografia e histórias. A obra *o Ateneu*, do escritor Raul Pompéia, um romance que mistura ficção e autobiografia, narra as experiências de Sérgio, foi catalogado como literatura brasileira.

Sem dúvidas, pode-se afirmar que este apenado/leitor C é um admirador da literatura brasileira, em especial, a literatura regionalista que apresenta as histórias e as características

da cultura nordestina, do sofrimento do homem sertanejo, da cana-de-açúcar e dos engenhos, demonstrando interesse pelas obras do escritor José Lins do Rego. Um fator que nos chamou atenção ao analisar quais foram as obras lidas por esse apenado foi sua catalogação. Todas as obras de José Lins do Rego estão organizadas como biografia e histórias, e o Ateneu, de Raul Pompéia, está inserido em literatura nacional. Mais uma vez, esse dado coloca em dúvida os critérios utilizados pelo organizador para distribuir essas obras. Por que as obras de José Lins do Rego foram catalogadas como biografia e histórias? É, no mínimo, uma pergunta que surge. Certamente, uma pesquisa com os sujeitos poderá revelar parte dessas dúvidas.

O apenado/ leitor D que fez o empréstimo de 17 livros é trabalhador da unidade e pertence ao pavilhão 15. Dentre as obras buscadas por ele, listaremos algumas delas, como: a obra Família Composta, de Domingos Pellegrini, trata de relacionamentos, família, amor, valores sociais, poesia e foi catalogado como títulos para a remição por leitura. A obra O mestre do amor, de Augusto Cury, um livro de autoajuda, foi catalogado como miscelânea. A obra Muitas vidas, muitos mestres, de Brian L. Weiss, apresenta os princípios da reencarnação e foi catalogado como variedades I. A obra 40 dias de oração e jejum, do pastor Edison Queiroz, trata-se de uma obra religiosa que foi catalogada em miscelânea. A obra O poder da personalidade de Jesus, de Mark W. Baker, um livro de autoajuda, foi catalogado como miscelânea.

Observamos que o apenado/ leitor D apresenta um interesse pelas obras relacionadas ao universo místico, religioso ou livros de autoajuda. Não encontramos registros de empréstimos de livros de literatura, nem livros históricos. O agente responsável pela ressocialização nos informou que este apenado já foi responsável pelo espaço da biblioteca e o diretor o transferiu para outra função dentro da unidade.

Após observar quais os leitores mais assíduos, procuramos identificar quais as obras mais lidas pelos apenados/leitores durante o período da pesquisa. Chegamos a identificar dois livros: Família Composta – teatro (figura 12 a seguir), do autor Domingos Pellegrini, e Madalena – novela (figura 13 a seguir), da autora Cristina Dantas. Ambos pertencentes à Editora Literatura para todos foram emprestados seis vezes cada um.

Ao fazer uma breve análise desses dois livros, podemos constatar que são livros com poucas páginas e que utilizam uma linguagem simples. Esses dados, que certamente facilitam a compreensão do leitor, também podem ser responsáveis pela conquista do leitor que não tem hábito da leitura. Além disso, esses livros estavam catalogados dentre aqueles indicados para a escrita da resenha para remissão da pena através da leitura. Assim, acreditamos que a maior procura por esses livros se justifica por esses fatos mencionados.

**Figura 13: Capa do livro Família Composta, Domingos Pellegrini.**



Imagem disponível em: [https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https://mlb-s2-p.mlstatic.com/521101MLB20273614724\\_042015C.jpg&imgrefurl=https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-782181525-livro-familia-composta-teatro-domingos-pellegrini](https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https://mlb-s2-p.mlstatic.com/521101MLB20273614724_042015C.jpg&imgrefurl=https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-782181525-livro-familia-composta-teatro-domingos-pellegrini). Acesso em: 27 fev. 2018.

**Figura 14: Capa do livro Família Madalena, Cristiane Dantas.**

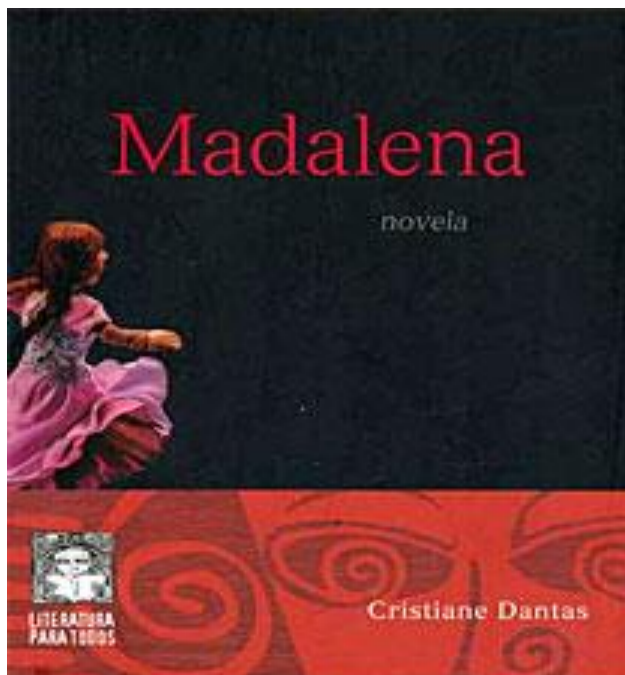


Imagem disponível em:  
[https://www.google.com.br/search?q=madalena+livro&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjHnt2M9OvZAhXIS5AKHQc6CIsQ\\_AUICigB&biw=1366&bih=662#imgrc=Qw63CKTJ3yaO6M](https://www.google.com.br/search?q=madalena+livro&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjHnt2M9OvZAhXIS5AKHQc6CIsQ_AUICigB&biw=1366&bih=662#imgrc=Qw63CKTJ3yaO6M): Acesso em: 27 fev. 2018.

Além dessas duas obras, dentre aquelas mais procuradas pelos apenados leitores, encontramos importantes clássicos da literatura brasileira, como: O Cortiço, de Aluísio Azevedo; Dom Casmurro, de Machado de Assis; Menino de Engenho, de José Lins do Rego. Todos esses mencionados foram emprestados quatro vezes durante o período da pesquisa, já Vidas Secas, de Graciliano Ramos, foi emprestado três vezes. Sabemos que a procura dessas obras se deu por indicação da professora responsável pelo projeto “Clube da leitura” na unidade. Evidentemente não descartamos a possibilidade de que o apenado/ responsável pela biblioteca para a retirada desses livros também tenha sugerido as obras para leitura.

Explorar o livro de catalogação e o livro de empréstimos da biblioteca/ sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto nos apresentou surpresas inesperadas. Ao ouvir relatos de apenados que fazem uso deste acervo, pudemos perceber como as práticas leitoras podem promover impactos com relação à rotina carcerária. Tivemos a grata surpresa de reconhecer clássicos da nossa literatura nas estantes desse espaço e nos registros do livro de empréstimos, proporcionando a esses apenados/leitores a possibilidade de reestruturação/reformulação da sua visão de mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, as penitenciárias brasileiras têm as mesmas características: superlotação, precariedade, insalubridade e o perfil dos apenados é, majoritariamente, de jovens negros, de baixa escolaridade e de baixa renda. Pouco se conhece sobre o sistema carcerário brasileiro, mas o discurso que ouvimos constantemente expressa o caos presente nele; menos ainda sabemos sobre livros, bibliotecas, leitores e práticas leitoras realizadas dentro do contexto prisional.

Ao conhecermos a biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, apesar da sua estrutura precária e inadequada, nos deparamos com sujeitos, como diretor, agente, apenado responsável, apenados/ leitores, entusiasmados e esperançosos com a produtividade que poderia ser ofertada naquele espaço.

É importante destacar que, embora o nosso *locus* principal da pesquisa tenha sido a biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, nosso objeto de estudo não era a biblioteca em si, mas as práticas leitoras presentes nesse espaço. E, a partir desse objeto, justificamos a nossa pesquisa dada a necessidade de investigar as práticas leitoras

presentes em uma determinada unidade prisional. Já que a Educação é um direito de todos, faz-se necessário o acesso, o incentivo e a formação de leitores. Deste modo, o Estado não poderia negar o direito ao acesso à leitura aos sujeitos que se encontram em privação de liberdade.

No decorrer da pesquisa, buscamos apresentar como se estrutura/organiza um espaço de leitura no interior de unidade prisional. No geral, constatamos, a partir de dados de pesquisas a que tivemos acesso, que os problemas enfrentados para que a prática da leitura se efetive são bem parecidos: são problemas relacionados a questões estruturais, carência de acervo em quantidade e qualidade, inexistência de um profissional qualificado na área para auxiliar na organização e difusão das obras, dentre outros.

Baseado na análise dos dados desse trabalho e concretizando um dos objetivos a que nos propusemos, constituímos a história da biblioteca/sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto. Apesar da ausência de dados e informações acerca desse espaço – como, por exemplo, a escolha do nome, por quem ou como foi escolhido, quais as condições de criação – conseguimos organizar as informações que constam na placa do espaço, no livro de catalogação e de empréstimos e, a partir dos depoimentos do apenado responsável pelo espaço e do agente responsável pelo setor de ressocialização da unidade, conseguimos contar uma história de práticas leitoras nesse espaço.

A partir da discussão que estabelecemos, acreditamos que este espaço não poderia ser denominado de biblioteca ou até mesmo de sala de leitura, conforme consta na placa de fundação. Ao conhecer o espaço, percebemos que é mais um lugar onde está guardado o acervo bibliográfico da unidade do que uma biblioteca ou sala de leitura. Trata-se de um espaço adaptado, que não oferece estrutura de biblioteca, um local adequado para armazenamento dos livros; nem oferece um espaço de leitura para uso dos apenados. O espaço dispõe de estantes improvisadas onde estão expostos os livros, em que se misturam geladeira, garrafa de café, caixas diversas, material da oficina de artesanato e material pertencente à escola da unidade. É inclusive um espaço que também serve para a preparação da merenda escolar. Ou seja, podemos afirmar que é o espaço serve para guarda, dentre outras coisas, o acervo bibliográfico da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, apresentando poucas características de sala de leitura ou biblioteca.

Além da precariedade do espaço físico, dentre as ações que dificultam o acesso à leitura no interior dessa unidade, que não são poucas, também podemos destacar o fato de o apenado não poder entrar na biblioteca/sala de leitura e escolher o livro que gostaria de ler. Desse modo, os leitores ficam impossibilitados de pegar no livro, ler o título, olhar sua capa,

ler o prefácio, antes da seleção feita pelo responsável pela biblioteca que escolhe quais livros oferece.

Apesar da constação dessa realidade que dificulta a realização da prática da leitura, ao entrar em contato com a estrutura e organização desse espaço, tivemos a oportunidade de verificar ações que estimulam a leitura. Dentre essas ações, a que mais nos chamou a atenção foi a remição de pena por leitura, proveniente do ato normativo, Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incentiva a leitura nesse ambiente, oferecendo, em contrapartida, a remição da pena por quatro dias para cada livro lido e resenha construída. Além de estimular a prática da leitura, ressaltamos que essa ação também impulsiona a prática da escrita desses sujeitos. Dentre as ações desenvolvidas para estimular a prática leitora neste espaço, também destacamos o projeto Clube da leitura, desenvolvido por uma professora voluntária, que concretizou a remição de pena por leitura neste espaço.

A partir dos cadernos de catálogos (cadernos de protocolos de correspondência adaptados) da sala de leitura da Penitenciária, verificamos que a organização e catalogação dos livros foram separadas por diversos temas: 1. Religião; 2. Ficção – suspense – variados; 3. Literatura infanto-juvenil; 4. Línguas – políticas – história; 5. Variedades; 6. Literatura Universal; 7. Contos – crônicas – poesia; 8. Romance; 9. Saúde – autoajuda – psicologia; 10. Biografias e histórias; 11. Variedades II; 12. Miscelânea; 13. Miscelânea II; 14. Jurídicos. Não podemos precisar qual foi o critério utilizado pelo apenado/responsável pela catalogação, no entanto, podemos afirmar que esta forma de organização serviu para orientação e organização desse espaço. O acervo da Biblioteca/ sala de leitura da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, à época da pesquisa, continha 2187 livros catalogados.

Constatamos ainda que 395 livros foram emprestados aos apenados, durante o período da pesquisa. Um fato que chamou nossa atenção foi o predomínio dos pavilhões 15 e 16 no caderno de empréstimo. Também avaliamos a quantidade de livros retirados pelos quatro leitores mais assíduos desse espaço. Constatamos que o denominado apenado A leu em torno de cinco livros ao mês e o apenado B leu em torno de quatro. O apenado C fez o empréstimo de 19 livros e o apenado D, de 17 livros. Finalizamos a análise do livro de empréstimos, identificando as obras mais lidas pelos apenados/leitores durante o período da pesquisa: Família Composta – teatro, de Domingos Pellegrini; Madalena – novela, de Cristina Dantas; O Cortiço, de Aluísio Azevedo; Dom Casmurro, de Machado de Assis; Menino de Engenho, de José Lins do Rego e Vidas Secas, de Graciliano Ramos.

Apesar do mau funcionamento e todos os problemas que envolvem esse espaço, encontramos uma organização artesanal dos livros, que serve de orientação para os que

utilizam esse espaço. Apreendemos que, apesar de toda a precariedade existente neste espaço, existe um acervo bibliográfico disponível para esse público e existem leitores e diferentes práticas leitoras intramuros.

Chegando ao fim, esperamos que as discussões apresentadas possam estimular outras pesquisas que busquem conhecer esse leitor marginalizado, encarcerado e estigmatizado pela sociedade, e perceber que existem espaços direcionados à prática da leitura inseridas em espaços de privação de liberdade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. 5. Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. Éditions du Seuil. Lisboa – Portugal: Ed. 70 Ltda, 1984.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **A identidade do preso e as leis do cárcere**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 6 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - JUNHO DE 2014**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em 6 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e da Segurança Pública – Governo Federal. **População carcerária brasileira chega a mais de 622 mil detentos**. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>> Acesso em 6 de jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório da situação atual do sistema penitenciário: bibliotecas**. Brasília: MJ/ DEPEN, 2008.

\_\_\_\_\_. Fundação Biblioteca nacional. **Biblioteca Pública : princípios e diretrizes** / Fundação Biblioteca Nacional, Coordenação Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. 2.ed. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <[https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica\\_principiosdiretrizes\\_edicao2.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_principiosdiretrizes_edicao2.pdf)> Acesso em 16 fev. 2018.

BOCCATO, V. R. C; FUJITA, M. S. L. O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. **Perspectivas Ciência da informação**. 2010, v. 15, n.3, p. 23-51. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/03.pdf>>. Acesso em 06 jul. 2017.

BRUNA, Dayane. ALVES, Emanuele. **Catálogo: análise e parâmetros gerais da representação da informação**. XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação. Maranhão, Rabc, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Cataloga%C3%A7%C3%A3o%20an%C3%A1lise%20e%20par%C3%A2metros%20gerais%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em 06 jul. 2017.

CARVALHO, J. **A importância da biblioteca nos presídios**. 17 set. 2009. Disponível em: <<http://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importanciadabiblioteca-prisao.html>>. Acesso em 12 ago. 2017.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universitária de Brasília. 1999.

\_\_\_\_\_. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. Ed. Algés - Portugal: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. **Humanidades**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10510/12252>> Acesso em 12 ago. 2017.

CORREDOR, Jefferson André de Jesus. **Sala de leitura como leitura do ensino**. Revista Melp. Disponível em: <<http://www2.fe.usp.br/~lalec/revistamelp/index.php/publicacoes/numero-2/projeto-ler-eescrever/item/16-sala-de-leitura-comoleitura-do-ensino>> Acesso em 02 ago. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Saiba como funciona a remição de pena**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena>> Acesso em 02 ago. 2017.

CUTTER, C. A. **Rules for a dictionary catalog**. 4th ed. rewritten. Washington, Govt. Printing office, 1904.(Repr. London: The Library Association, 1962)

DA SILVA, Roberto. MOREIRA, Fábio Aparecido. **Ações de incentivo à leitura e formação de leitores em Estabelecimento prisionais do Brasil: desafios e oportunidades**. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000100029&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000100029&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em 12 ago. 2017.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In \_\_\_\_\_. (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

ESPÍNDULA, Danielly Vieira Inô. **Biblioteca pública Municipal de Campina Grande-PB: histórias, leitores e leituras**. Tese (doutorado) UFPB/CCHLA. João Pessoa. 2015.

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 29. ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

\_\_\_\_\_, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. 1ª ed. Graal. 1979.

FUJITA, M. S. L. **A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento**. In: II Congresso brasileiro em representação e organização do conhecimento, 2013, Rio de Janeiro: Isko, 2013. p. 147-159.

Disponível em: <<http://isko-brasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Estudos-avan%C3%A7ados-2.pdf>> Acesso em 06 jul. 2017.

\_\_\_\_\_, M. S. L. **Aspectos evolutivos das unidades de informação universitárias em ambiente digital na perspectiva da Rede de unidades de informação da UNESP.** Informação & Sociedade: estudos, João Pessoa, v. 15, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/33>>. Acesso em 06 jul. 2017.

GIARDINELLI, M. **Voltar a ler: propostas para ser uma nação de leitores.** São Paulo: Editora Nacional, 2010.

GOULEMOT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas.** Tradução: Maria Leonor Loureiro. São Paulo: editora Unesp, 2011.

GUIMARÃES, J. A. C. **A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO).** Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI), v.1, n.1, p.77-99, jan./jun. 2008.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Guidelines for library services to prisoners.** 3rd Edition. 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92.pdf> Acesso em: 21 ago. 2017.

JOHN, Valquíria Michela. **Palavras da salvação: as representações da leitura na prisão.** Dissertação. (mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Educação. Florianópolis. 2004.

JUNIOR, Silvio Luiz Wolitz de Almeida. **Holismo e espiritualidade cristã.** Porto Alegre. 2010. Dissertação. programa de PósGraduação em Teologia da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5839/1/426568.pdf>. Acesso em 27 fev. 2018.

LAGO, Elzuila Santos do. **Desmistificando a classificação: cdd e cdu.** Terezina: EDUFPI, 2009.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo. Ed. Ática, 2004.

LINDEMANN, Catia. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação.** Catia Rejane Lindemann Rio Grande – 2014. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6000/BIBLIO%20SOCIAL.pdf?sequence=1>> Acesso em: 15 jan. 2018

MANGUEL, A. **Uma história da leitura.** 3ª. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MARTINHO, N. O.; FUJITA, M. S. L. **La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización.** Scire: Representación y organización del conocimiento, v. 16, p. 61-70, 2010.

MEY, Eliane; SILVEIRA, Naira. **Introdução à catalogação**. Rio de Janeiro: Brinquet de Lemos, 1995.

MORAIS, E. M. da C. **Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2009. 181 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dissertacao.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

NEPOMUCENO, Raquel de Souza. **A Crise do Sistema Penitenciário brasileiro com ênfase nas organizações criminosas e o Sistema Penitenciário de Pedrinhas em São Luís – Ma**. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/35572/a-crise-do-sistema-penitenciario-brasileiro-com-enfase-nas-organizacoes-criminosaseo-sistema-penitenciario-de-pedrinhas-em-sao-luis-ma>> Acesso em: 14 out. 2017.

PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação nas Prisões**. Disponível em: <<http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisonal/planos-estaduais-de-educacao-nas-prisoos/peep-pb.pdf>>. Acesso em 03 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano diretor do sistema penitenciário do estado da Paraíba**. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/pdsp\\_pb.pdf](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/pdsp_pb.pdf)> 2015. Acesso em 03 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Governo desenvolve ressocialização através da leitura nos presídios**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/governo-do-estado-desenvolve-ressocializacao-atraves-da-leitura-nos-presidios/> 2014. Acesso em: 15 fev. 2018.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n.2, jul/dez. 2001. p. 355-374.

REDIGOLO, Franciele Marques. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias: aplicação do protocolo verbal** / Franciele Marques Redigolo. Marília, 2014. Disponível: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110386>>. Acesso em 06 jul. 2017.

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **UMA TEIA DE RELAÇÕES: O LIVRO, A LEITURA E A PRISÃO** Um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras. Tese. (doutorado). Universidade de Brasília. Instituto de Letras. Departamento de teoria literária e literaturas. Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas sociais. Brasília. 2017

ROSSINI, Tayla Roberta Dolci. **O sistema prisional brasileiro e as dificuldades de ressocialização do preso**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8784/O-sistema-prisonal-brasileiro-e-as-dificuldades-de-ressocializacao-do-preso>> Acesso em: 06 nov. 2017.

SOUSA, Maria Ester Vieira de. **Desnaturalizando os discursos sobre a leitura**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 4., 2009. Anais... João Pessoa: Idéia, 2009. p. 2267-2271.

\_\_\_\_\_. Histórias de pesquisas em leitura. In: SOUSA, Maria Ester Vieira de, ASSIS, Maria Cristina (orgs.). **Pesquisa em Língua Portuguesa: da construção do objeto à perspectiva analítica**. João Pessoa: Editora da UFPB/UFPB virtual, 2011. p. 137-168.

\_\_\_\_\_. **Discursos sobre a leitura e o leitor: a contradição que ensina**. Revista Letras, Curitiba, n. 89, p. 81-98, jan./jun. 2014. Editora da UFPR, 2014.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura e de escrita**. Porto Alegre. Artmed, 1998.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VASQUEZ, Eliane Leal. **Educação prisional no Brasil: discursos, práticas e culturas**. In: \_\_\_\_\_. O espaço da prisão e suas práticas educativas. São Carlos: edUFScar. 2011. p. 11-33.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Bibliotecas Privadas e práticas de leitura no Brasil colonial**. Disponível em:

< <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecas-br.pdf> > Acesso em 06 jul. 2017.

ZAHAR, C. Roger Chartier: **“os livros resistirão às novas tecnologias digitais”**. Nova escola, São Paulo, ed.263, jun./jul. 2013. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/linguaportuguesa/fundamentos/roger-chartier-livros-resistirao-tecnologias-digitais-610077.shtml> Acesso em 06 de jul. 2017.

#### FONTES ELETRÔNICAS

Pesquisa em: <http://institutooldemburgdedesenvolvimento>. Acesso em 13 de jul. 2017

APÊNDICE A: Entrevista com o apenado responsável pela escola e pelo espaço da biblioteca.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**Roteiro de entrevista**

**Entrevista com o apenado responsável pelo espaço de leitura/escola da unidade prisional Desembargador Silvio Porto.**

**1. Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo exerce a função nesta unidade prisional? \_\_\_\_\_

**2. Informações sobre a biblioteca.**

Como você descreve o espaço físico da biblioteca?

---

---

---

---

Qual a quantidade de livros disponíveis na biblioteca?

---

---

---

Como esses livros estão distribuídos neste espaço?

---

---

---

---

Você sabe como foi feita a catalogação desses livros? Houve ajuda de algum profissional?

---

---

---

---

Qual o gênero predominante no acervo da biblioteca?

---

---

Como é feito o controle de empréstimos dos livros?

---

---

---

Quando o apenado ou agente penitenciário escolhe o livro, quais são as atribuições do responsável pela biblioteca?

---

---

---

---

Existem outros apenados que “trabalham” na biblioteca? Se sim, quantos são e quais suas funções?

---

---

---

---

O acervo é informatizado?

---

---

---

Como foi feita a aquisição desses livros?

---

---

---

APÊNDICE B: Entrevista com o agente responsável pelo setor de ressocialização/ pela escola e biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**Roteiro de entrevista**

**Entrevista com o agente responsável pela educação/ espaço de leitura da unidade prisional Desembargador Silvio Porto.**

**1. Identificação**

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Quanto tempo exerce a função nesta unidade prisional? \_\_\_\_\_

**2. Informações sobre o espaço de leitura.**

Como descreve o espaço físico destinado à leitura desta unidade?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Quantas pessoas são responsáveis diretamente por esse espaço? (agentes e apenados)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Como aconteceu a catalogação e a organização dos livros? Vocês receberam ajuda de algum profissional?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Quantos apenados, aproximadamente, fazem uso dos livros? Eles podem usar o espaço para a leitura ou levam os livros para as suas celas?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3. Informações sobre a escola**

Como se caracteriza fisicamente o espaço escolar desta unidade prisional?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Que níveis de ensino são contemplados na escola?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Qual o período de funcionamento da escola?

---

---

Qual a quantidade média de alunos? \_\_\_\_\_

Quantidade de professores? \_\_\_\_\_

A unidade dispõe de parceria com escolas/cursos profissionalizantes para os apenados?

Se sim, quais são?

---

---

---

Existem projetos educacionais realizados na escola? Se sim, quem são os idealizadores/realizadores?

---

---

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Responsável pela biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto (apenado)****Prezado colaborador,**

Esta pesquisa, intitulada A biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto: história e leituras, está sendo desenvolvida por Lívia Carvalho Teixeira Lins, aluna mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da profa. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa.

Este estudo tem o propósito de Constituir a história da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto e conhecer seus leitores. Descrever as circunstâncias da fundação da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, através de documentos de criação, estatutos de criação, constituição do acervo e entrevistas; conhecer os leitores que utilizam este espaço, através da coleta de dados referentes aos empréstimos realizados pelos leitores entre maio/2016 e dezembro/2016; descrever através de entrevistas semiestruturadas, as histórias de leitura de usuários da biblioteca, para analisar qual a sua relação com este espaço.

Deste modo, solicita-se a autorização da sua participação na pesquisa e da publicação dos resultados em revista científica. Informa-se que a participação consistirá em responder a um questionário, que não causará nenhum dano ao respondente, e terá as respostas mantidas em sigilo devido ao seu caráter anônimo.

Esclarece-se que sua participação é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não está obrigado (a) a colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Entretanto, gostaria de enfatizar a importância deste estudo para a sociedade, já que é por meio das pesquisas que os cientistas fazem descobertas e, a partir de então, ajudam com novos conhecimentos e mudanças de comportamento. Contudo, para que a pesquisa seja realizada conforme o disposto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde é necessário documentar seu expresso consentimento.

Por fim, para os esclarecimentos que o (a) senhor (a) entender ser necessário, a pesquisadora responsável coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

**Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para colaborar com a pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.**

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Lívia Carvalho Teixeira Lins Endereço: Av. Oceano Índico, 400 – Intermares, Cabedelo – PB Tel. (83) 987703140 / email: liviateixeiralins@hotmail.com Comitê de Ética (UFPB): Jardim Universitário, s/n - Castelo Branco, João Pessoa - PB, 58051-900 Centro de Ciências da Saúde - 1º andar / Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 - (83) 3216 7791

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**  
**Responsável pela biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto**  
**(agente responsável pelo setor de ressocialização)**

**Prezado colaborador,**

Esta pesquisa, intitulada A biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto: história e leituras, está sendo desenvolvida por Lívia Carvalho Teixeira Lins, aluna mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação da profa. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa.

Este estudo tem o propósito de Constituir a história da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto e conhecer seus leitores. Descrever as circunstâncias da fundação da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, através de documentos de criação, estatutos de criação, constituição do acervo e entrevistas; conhecer os leitores que utilizam este espaço, através da coleta de dados referentes aos empréstimos realizados pelos leitores entre maio/2016 e dezembro/2016; descrever através de entrevistas semiestruturadas, as histórias de leitura de usuários da biblioteca, para analisar qual a sua relação com este espaço.

Deste modo, solicita-se a autorização da sua participação na pesquisa e da publicação dos resultados em revista científica. Informa-se que a participação consistirá em responder a um questionário, que não causará nenhum dano ao respondente, e terá as respostas mantidas em sigilo devido ao seu caráter anônimo.

Esclarece-se que sua participação é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não está obrigado (a) a colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Entretanto, gostaria de enfatizar a importância deste estudo para a sociedade, já que é por meio das pesquisas que os cientistas fazem descobertas e, a partir de então, ajudam com novos conhecimentos e mudanças de comportamento. Contudo, para que a pesquisa seja realizada conforme o disposto na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde é necessário documentar seu expresso consentimento.

Por fim, para os esclarecimentos que o (a) senhor (a) entender ser necessário, a pesquisadora responsável coloca-se à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

**Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu  
consentimento para colaborar com a pesquisa e para a publicação dos resultados.  
Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.**

---

Assinatura do Participante da Pesquisa

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Lívia Carvalho Teixeira Lins Endereço: Av. Oceano Índico, 400 – Intermares, Cabedelo – PB Tel. (83) 987703140 / email: liviateixeiralins@hotmail.com Comitê de Ética (UFPB): Jardim Universitário, s/n -

Castelo Branco, João Pessoa - PB, 58051-900 Centro de Ciências da Saúde - 1º andar /  
Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 - (83) 3216 7791

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A BIBLIOTECA DA PENITENCIÁRIA DESEMBARGADOR SILVIO PORTO: HISTÓRIAS E LEITORES.

**Pesquisador:** LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 68331517.7.0000.5188

**Instituição Proponente:** Programa de Pós Graduação em Linguística

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.242.832

##### Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa egresso do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, da aluna LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS, sob orientação da profa. Maria Ester Vieira de Sousa.

##### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

Constituir a história da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto e conhecer seus leitores.

Objetivos Específicos:

- 1) Descrever as circunstâncias da fundação da Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto, através de documentos de criação, estatutos de criação, constituição do acervo e entrevistas;
- 2) conhecer os leitores que utilizam este espaço, através da coleta de dados referentes aos

Endereço: UNIVERSITARIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.242.832

empréstimos realizados pelos leitores entre junho/2017 e julho/2017;

3) Registrar através de entrevistas semiestruturadas, as histórias de leitura de usuários da biblioteca.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Mesmo se tratando de um ambiente intimidador a unidade prisional oferece segurança ao pesquisador e ao participante da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa não provocará riscos físicos ao participante, e será realizada com um apenado (responsável pela biblioteca), um agente penitenciário (responsável pela ressocialização/biblioteca) e pelo diretor da unidade Prisional. No entanto, os participantes poderão sentir-se constrangidos em responder sobre a estrutura da biblioteca ou situações referentes ao cotidiano de uma penitenciária. Desta forma, a pesquisa realizar-se-a apenas após a sua concordância, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TLCE).

Benefícios:

Feito um levantamento sobre as pesquisas relacionadas as temáticas abordadas neste projeto conhecemos trabalhos de pesquisa que tratam de biblioteca em unidade prisionais, no entanto esses trabalhos estão fundamentados em princípios da biblioteconomia, da educação e da sociologia. O trabalho que desejamos realizar buscará informações de como esse espaço foi concebido e organizado no decorrer do tempo e de que forma a construção dessa organização se relacionaram às maneiras de ler dos seus usuários. A educação é um direito universal que pertence a cada pessoa. Inclusive aquelas que estão encarceradas, desprovidas de outros direitos sociais. Desse modo, Contribuir com o acesso à leitura e estimular a formação de leitores é acreditar no processo de ressocialização. Os sujeitos privados de liberdades têm o direito de conhecer outras culturas, outras formas de vida, e assim fazer comparações e observar diferenças. Têm direito a ampliar sua leitura de mundo, através das relações de ubiquidade geradas pela prática da leitura.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, constituir a história da

Endereço: UNIVERSITARIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.242.832

Biblioteca da Penitenciária Desembargador Silvio Porto e conhecer seus leitores.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória forma anexados tempestivamente.

**Recomendações:**

RECOMENDAMOS À PESQUISADORA RESPONSÁVEL QUE RETIRE O NOME DO PESQUISADO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS, QUANDO DA APLICAÇÃO DO MESMO (RESOLUÇÃO 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE).

RECOMENDAMOS AINDA QUE SEJA ENVIADA AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, ATRAVÉS DA PLATAFORMA BRASIL, UMA EMENDA SOLICITANDO A INCLUSÃO DO NOME DA ORIENTADORA NA EQUIPE DE PESQUISA.

RECOMENDAMOS POR FIM, QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA, A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL, DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À INSTITUIÇÃO ONDE OS DADOS FORAM COLETADOS E PESQUISA NA ÍNTEGRA, TODOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL,

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Tendo em vista o cumprimento das pendências elencadas em parecer anterior, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Endereço: UNIVERSITARIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS  
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.242.832

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_909308.pdf	18/07/2017 11:53:07		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_comite.pdf	14/07/2017 06:28:17	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_diretorcorreto.pdf	14/07/2017 06:26:07	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_apenado.pdf	14/07/2017 06:25:53	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsavel_pela_biblioteca.pdf	14/07/2017 06:25:02	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_proling.pdf	09/05/2017 19:15:45	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	09/05/2017 19:06:20	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	03/05/2017 14:52:24	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	03/05/2017 14:52:00	LIVIA CARVALHO TEIXEIRA LINS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 28 de Agosto de 2017

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa**  
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N  
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900  
UF: PB Município: JOAO PESSOA  
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

